

ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fábio Olmos
Clóvis Ricardo Schrape Borges
Fernando Antonio dos Santos Fernandez
Ibsen de Gusmão Câmara
Marcos Sá Correa
Maria de Lourdes Nunes
Miguel Serediuk Milano
Sérgio Brant Rocha
Verônica Theulen

1 - Contexto Geral da Relação entre Reforma Agrária e Meio Ambiente

“Tenho uma convicção que é uma obrigação do Estado assentar gente no Norte e em terras públicas. O assentamento na área também combate o desmatamento”.

Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário, em entrevista à Folha de São Paulo em 31.01.2007

O paradigma do “desenvolvimento sustentável” permeou a questão ambiental durante as últimas décadas como um dogma, colocando em segundo plano avaliações objetivas da validade das políticas econômicas e ambientais adotadas, bem como da verdadeira capacidade de suporte do meio ambiente global e das próprias sociedades humanas em suprir as necessidades de populações cada vez maiores e com consumo crescente.

Entre os principais recursos naturais, e sempre no rol dos mais disputados, estão as terras agriculturáveis. O equilíbrio, ou não, entre a disponibilidade desse recurso e as populações a demandá-lo constitui um dos grandes motores da História humana.

A questão da reforma agrária no Brasil tem alimentado conflitos ao longo da história recente do país. Isto se deve não apenas às diferentes visões políticas sobre as justificativas e formas de execução do processo (e mesmo sua necessidade), mas também ao desempenho econômico bastante desigual entre os assentamentos, dentre os quais parcela significativa é deficitária em análises de custo-benefício.

Na raiz da questão agrária está o contraste entre latifúndios que concentram terras, mas demandam pouca mão-de-obra, e minifúndios com extensões insuficientes para garantir a subsistência de famílias que tendem a crescer com o tempo. Um dos fatores relevantes na construção do atual cenário foi a substituição do regime de colonato pelo trabalho assalariado, de demanda cada vez mais sazonal, atendida por trabalhadores temporários. Isto resultou em um mercado de trabalho instável e restrito, incapaz de absorver o efetivo das populações rurais (Young 2004).

A reforma agrária brasileira tem um longo histórico, com destaque para os projetos que datam dos governos de Getúlio Vargas, iniciados na década de 1930, e que serviram de ponta de lança para a ocupação de regiões então despovoadas, como a Baixada Fluminense, o interior do Maranhão e o atual Mato Grosso do Sul, em geral por migrantes deslocados por secas no nordeste. Os benefícios sociais destes assentamentos são, até hoje, equívocos e neles está a raiz de conflitos como os vividos pelos Guarani-Kaiowás no Mato Grosso do Sul (Brand 2006).

Mais recentemente, mesmo antes do final do regime militar pós-1964, com o reavivamento de entidades de inspiração socialista e revolucionária, como a Comissão Pastoral da Terra (criada em 1979) e o Movimento dos Sem Terra (MST, criado em 1984), a questão agrária ganhou momento.

As grandes mudanças na demografia e na economia brasileiras na segunda metade do século XX -- com o incremento da população de 41 para 119 milhões entre 1940 e 1980 -- geraram o excedente populacional que inchou as cidades e alimentou o surgimento de conflitos no campo. Como ocorre no Brasil desde o início da colonização, estas populações foram utilizadas pelo poder central para ocupar regiões que eram vistas como vazios demográficos. O deslocamento espontâneo ou estimulado para áreas ainda ocupadas por ambientes naturais é uma das poucas alternativas à migração para os centros urbanos, mas apenas reinicia um ciclo vicioso alimentado pelo motor demográfico. Como colocado por Furtado (1986) “a população que não encontra trabalho nesta agricultura capitalista como assalariada permanece em terras de inferior qualidade ou assume a tarefa de ir abrindo novas terras que serão oportunamente incorporadas ao setor capitalista”.

“A expansão da fronteira agrícola tem sido usada historicamente como válvula de escape para acomodar este excedente populacional. Desse modo, inicialmente a Mata Atlântica e depois o cerrado e atualmente a floresta amazônica têm sido reduzidos para que se possa acomodar os conflitos de terra sem que uma reforma agrária seja efetuada nas áreas já ocupadas. Contudo, nas novas áreas ocupadas reproduz-se o mesmo padrão de concentração fundiária. Assim, após algum tempo, a incapacidade de absorção de novos excedentes recria as condições para um novo fluxo de migração para áreas de floresta ainda não convertidas” (Young 2004).

A ocupação destas áreas de fronteira ou “marginais” não é isenta de conflitos. É emblemático da esquecida dimensão demográfica dos conflitos agrários no Brasil que o MST tenha surgido de um núcleo de 110 famílias de posseiros, eles mesmos vindos de minifúndios, expulsos pelos índios caingangues de sua atual reserva em Nonoai (RS), e que em 1979 procuraram resolver seu problema invadindo uma fazenda em Ronda Alta (Scolese 2005).

Parte deste excedente populacional também se associou a movimentos sociais com uma visão política própria que preconizava o conflito com as instituições estabelecidas para implementar, entre outras coisas, sua versão de reforma social e agrária. O crescimento das organizações que reivindicam o acesso à terra também se deve, em grande medida, à mobilização de setores da sociedade na esteira da redemocratização do país, e à ocorrência de mártires do movimento em conflitos como o de Eldorado de Carajás, o que mobilizou a opinião pública e deu justificava moral às demandas do MST e assemelhados.

Os movimentos sociais dedicados à “luta pela posse da terra” se multiplicaram pelo país e hoje existe um grande número de siglas que trabalham de forma conjunta ou competitiva, associadas ou não à Pastoral da Terra (que fomentou a origem de muitos desses movimentos). A invasão de propriedades, praças de pedágio e repartições públicas tornou-se lugar-comum no Brasil, assim como a omissão de governos instados a cumprir reintegrações de posse e fazer respeitar o direito à propriedade.

O “Abril Vermelho”, tradição do MST que comemora o massacre de Eldorado dos Carajás, em 2007 terminou com 81 invasões de fazendas, 17 invasões de prédios públicos, incluindo bancos oficiais, e 25 invasões de praças de pedágio (apenas no Paraná), mobilizando aproximadamente 22 mil militantes (O Estado de São Paulo 01.05./2007). As invasões incluíram áreas do Exército, de universidades públicas e canteiros de obras de hidrelétricas, sendo subsidiadas pelo contribuinte, já que os acampados recebem lonas e cestas básicas fornecidas pelo INCRA.

A ideologia de movimentos como o MST e sua parceira transnacional denominada Via Campesina dá indícios de que seu interesse vai além da busca pela terra, como demonstram as invasões de instalações de empresas reflorestadoras, usinas de álcool e produtoras de insumos agrícolas, incluindo laboratórios de pesquisa, instalações consideradas como símbolos do capitalismo transnacional ao qual atribuem os males do mundo.

Se esta é uma visão de mundo válida, e se seria validada pela sociedade em um processo democrático, são questões a serem respondidas. Contudo, os reflexos da forma pela qual a questão agrária é conduzida, especialmente como o Estado de Direito e as instituições criadas para mantê-lo são percebidas, certamente deixarão marcas profundas na estrutura social brasileira e na governabilidade. Direitos garantidos na Constituição Federal, como o direito à propriedade e o direito de ir e vir, são violados sob a justificativa da “justeza” da luta social, enquanto governos se mostram incapazes de agir de forma a assegurar o cumprimento da lei.

A destruição de ambientes naturais é a marca registrada da ocupação de terras, tanto pelo agronegócio, quanto pela reforma agrária, mas não está necessariamente associada ao desenvolvimento econômico e social, já que o primeiro tende a concentrar renda e a última tem falhado em gerá-la. Young (2004) demonstrou que os indicadores econômicos e sociais em municípios na Mata Atlântica tendem a ter correlações negativas com as taxas de desmatamento.

Estudos recentes indicam que, na Amazônia, há estreita correlação entre taxas de violência e desmatamento nos municípios estudados, com destaque para aqueles situados na fronteira agrícola matogrossense, onde convivem madeireiras e assentamentos de reforma agrária, como Colniza, o município mais violento do país (<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/07/materia.2007-04-07.2603608071>).

Segundo Viana (1998) “as terras da Gleba Colniza, [então no] Município de Aripuanã – MT, foram ocupadas por centenas de famílias de trabalhadores sem terra em 1996, com apoio do STR de Aripuanã. As terras – 333.000 hectares – foram cedidas pelo Estado à Colonizadora Colniza que não executou o projeto dentro do prazo, graciosamente prorrogado pelo Governo Estadual. O Governo Estadual interveio, fez acordo com a Colonizadora, que devolveu 17.000 hectares para o assentamento de 360 famílias organizado pelo INTERMAT”.

“Os madeireiros fizeram um acordo com os assentados para abertura de estrada de acesso e desmate inicial dos lotes em troca de madeiras, inclusive mogno. O sucesso desta operação estimulou uma onda migratória para Colniza, proveniente principalmente de municípios de Rondônia, além dos municípios do Noroeste de Mato Grosso, pela qual a demanda saltou de 360 famílias para 600 famílias e hoje chegou a 2.000 famílias que ocuparam quase todos os 333.000 hectares de terra, inclusive os lotes urbanos da colonizadora (Sede do Distrito)”.

“O Governo Federal, que em outra época foi agente ativo criando um Projeto de Assentamento em terras florestadas contíguas às terras de Colonizadora (para atender os interesses desta), tornou-se um agente passivo do processo, esperando talvez que se esgote a ocupação, e no futuro intervenha regularizando a posse da terra”. Os resultados são conhecidos. Em 2004 Colniza era considerado o município mais violento do Brasil, com 165,3 homicídios por 100 mil habitantes, contra 27,2 da média nacional (a média na Inglaterra do século XIV era 24/100 mil, caindo para 0,6/100 mil na década de 1960, Pinker 2007). No cenário brasileiro, é o quarto município com maior taxa de desmatamento no período 2005-2006.

A reforma agrária – ainda que em sua versão de colonizadora de áreas de fronteira, em oposição à tomada de terras já ocupadas e sacrificando ambientes naturais em prol do social – não traz necessariamente “paz no campo”. Ao contrário, na ausência do Estado, pode criar situações de extremo conflito.

Além da dimensão social, os impactos ambientais dos assentamentos associados ao processo de reforma agrária têm recebido atenção crescente. No passado recente (após 1960), a reforma agrária foi uma das justificativas para grandes projetos de colonização realizados ao longo dos eixos de rodovias como a BR 222, a Belém-Brasília, Transamazônica e a Cuiabá-Porto Velho. Estes projetos resultaram em processos de desmatamento dramáticos, como observado no oeste do Maranhão, norte do Tocantins e em Rondônia. Vale lembrar que a posse da terra, em todas estas regiões, passou por novo processo de concentração fundiária após a fase de ocupação inicial.

Propriedades consideradas “improdutivas”, segundo o conceito legal, não são os únicos alvos de invasões por movimentos de sem-terra. Áreas que deveriam ser conservadas, como reservas legais, são um alvo freqüente e, em algumas regiões como o oeste do Maranhão, Bico do Papagaio e partes do Pará, fazendeiros preferem desmatar totalmente suas propriedades e enfrentar eventual fiscalização a sofrer a invasão certa por “sem-terras” especializados no roubo de madeira. O fato dos governos estaduais se negarem a cumprir reintegrações de posse garante a impunidade. Vale registrar que em abril de 2007 mais de 127 mandados de reintegração de posse aguardavam cumprimento havia mais de dois anos no Pará (O Estado de São Paulo 27.04.2007, A3).

O acesso a um recurso valioso que pode ser explorado e comercializado imediatamente faz com que o fenômeno da invasão de reservas legais seja generalizado da Amazônia ao Rio Grande do Sul. Áreas protegidas como reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), estações experimentais de instituições de pesquisa agropecuária e parques também são alvo

de invasões. Chaves (2006) dedica um capítulo a esta categoria de invasões, listando várias áreas de reserva legal no Pontal do Paranapanema, a RPPN Fazenda Pimenteira (PA), a reserva do Instituto Florestal de São Paulo na Fazenda Campininha e o Parque Estadual da Serra das Andorinhas (PA) como exemplos de áreas que sofreram invasões pelos sem-terra.

Além da destruição de habitats resultante de qualquer atividade agropecuária implantada em ambientes naturais, outros impactos causados pelos assentados incluem incêndios, exploração de madeira e plantas (como orquídeas, palmito, etc.) em áreas protegidas e caça, que pode ser intensa o suficiente para resultar em extinções locais.

Mesmo em assentamentos considerados como “modelos” da reforma agrária, como a Fazenda Anoni (Rio Grande do Sul), a exploração predatória de recursos naturais é um lugar-comum, além de, em geral, apenas uma parcela dos assentados alcançar auto-suficiência e ascensão social (veja p. ex. Barreto 2004). É fato inconteste que a reforma agrária brasileira, em parte significativa dos assentamentos, tem combinado os aspectos negativos da insustentabilidade ambiental com os da insustentabilidade econômica, sem resolver o problema social a que se propõe.

Estudo do IMAZON (Brandão & Souza Jr. 2006) investigou o processo de desmatamento em assentamentos na Amazônia Legal entre 1970 e 2002, quando 1.354 projetos cobrindo 230.858 km² foram implantados para beneficiar 231.815 famílias. A maioria (88%) dos assentamentos foi criada após 1995. É interessante notar que estes assentamentos, além de estarem associados às rodovias, se concentram no “Arco do Desmatamento”, região desmatada que ajudaram a criar, especialmente no Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Segundo o estudo supracitado, cerca de 49% da área total dos assentamentos havia sido desmatada até 2004, representando 15% do desmatamento total na Amazônia. Contudo, a situação varia dramaticamente entre estados, com 75% da área total dos assentamentos desmatada no Maranhão, 71% em Rondônia, 52% no Pará e 8% no Amazonas. Em geral, a taxa de desmatamento nos assentamentos foi quatro vezes superior à média da Amazônia, estando estreitamente associada à presença de rodovias.

Os assentamentos funcionam de forma sinérgica com outros fatores históricos de desmatamento, como as grandes fazendas de gado, muitas vezes estabelecidas em terras griladas e subsidiadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que entre 1989 e 2002 disponibilizou US\$ 2,36 bilhões para o setor (Barreto *et al.* 2005), resultando em taxas locais de destruição de ambientes naturais extremamente altas. Em Rondônia, uma das últimas fronteiras colonizadas, restam menos de 50% das florestas nas áreas não incluídas em unidades de conservação e terras indígenas (Ferreira *et al.* 2005).

A reforma agrária na Amazônia, ao invés de visar à redistribuição da terra, se deu a partir da colonização de novas áreas, abertas a excedentes de mão-de-obra vindos de outras regiões, notadamente do sul e do nordeste o país. Esta política de ocupação regional trouxe graves conseqüências ambientais e sociais, provocadas pelo abandono dos lotes e a posterior reconcentração das terras. As elevadas taxas de evasão e de desmatamento comprovam a falta de sustentabilidade econômica e ambiental desses assentamentos e seu fracasso (Pasquis *et al.* 2005).

Este processo histórico de degradação ambiental associada às políticas públicas e à reforma agrária persiste sem que suas lições alterem as políticas públicas, como a citação que abre este trabalho indica. Entre 2002 e 2004, 66% dos assentamentos foram criados na Amazônia Legal, em terras da União. Segundo José Batista Afonso, da Comissão Pastoral da Terra, “são assentamentos de faz-de-conta, feitos para inflar estatísticas”. Na visão de Rolf Hackbart, ex-presidente do INCRA, “é mais barato e mais ágil assentar naquelas áreas. Este trabalho também contribui para a regularização fundiária na Amazônia Legal, combatendo a grilagem das terras” (O Estado de São Paulo 04/set/2007).

O mesmo padrão de estabelecimento de assentamentos – outrora observado ao longo de rodovias amazônicas como as BR 364 e BR 222, e hoje renomeados “projetos de desenvolvimento sustentável” – está em curso ao longo do eixo das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, no Pará, com 39 projetos confirmados até janeiro de 2007, sendo que 24 foram criados nas três últimas semanas de 2006. Nesta região quase 700 mil ha deverão ser destinados para 8 mil famílias que, caso sejam mantidos os padrões conhecidos de ocupação, repetirão os desastres observados em outros “Projetos de Desenvolvimento Sustentável”,

“Projetos de Assentamento Agroextrativista” e “Projetos de Assentamento Florestal” espalhados pela Amazônia.

Segundo Adalberto Veríssimo, do IMAZON (citado no Estado de São Paulo de 04.04.2007) “o histórico dos projetos de desenvolvimento sustentado na Amazônia é desastroso e se contam nos dedos os casos que deram certo”.

Uma questão relevante no processo de criação de assentamentos é a facilidade com que o INCRA pode criar um projeto deste tipo, a partir da publicação de simples portaria, processo demasiado simples quando comparado ao processo de criação de uma unidade de conservação. Esta facilidade, aliada à baixa qualidade dos estudos que embasam a adequação das áreas selecionadas para a ocupação e ao açodamento com que o Governo Federal aparentemente deseja mostrar números crescentes de assentados, leva a distorções como assentamentos sobrepostos a duas florestas nacionais e um parque nacional em dezenas de milhares de hectares ao longo da BR 163.

Que projetos de assentamento para reforma agrária podem se tornar desastres ambientais não é novidade. Vale recordar a investigação sobre madeiras asiáticas na Amazônia realizada pelo Congresso Nacional (Viana 1998) que, em seu capítulo sobre a reforma agrária, conclui:

- “Há uma interface entre os projetos de assentamento de hoje e a extração de madeira, seja por corte raso, seja por corte seletivo, mas sempre sem critérios ambientalmente corretos. Isto acontece em maior escala do que no período dos projetos de colonização das décadas de 70 e 80... Está claro para a Comissão que muitos assentados descapitalizados e desassistidos recorrem à venda de madeira para sua subsistência e para a conversão de floresta em área de cultivo, através do desmate e da queimada – sem considerações ambientais locais e globais. Essas práticas toleradas pelos governos soam como uma confissão de sua responsabilidade pelo o que acontece”;
- “Assim como o Programa de Colonização (98,87% de área e 93,02% da capacidade de assentar famílias), o Programa Nacional de Reforma Agrária (1985-97) se transformou em programa de desenvolvimento regional da Amazônia, ali concentrando 79,23% da área das terras disponibilizadas e 65,42% da capacidade de assentamento de famílias... nos últimos 3 anos a Amazônia cedeu 76,15% das terras e absorveu 61,69% da capacidade de assentamento de famílias”;
- “O Programa de Reforma Agrária, representado pelos projetos de assentamento não tem critérios ambientais, assim como não tinham os projetos de colonização. Não há diretrizes estratégicas para orientar onde e quando se criar os projetos de assentamento, não importando se está ou não assentando sobre ecossistemas sensíveis ou sob forte pressão antrópica ou além de sua capacidade de suporte. Prova disto é a predominância de projetos, sobre variados ecossistemas da Amazônia, inclusive áreas críticas e sensíveis, seriamente ameaçadas, como o Chapadão dos Parecis (MT), área de floresta (em Rondônia, Mato Grosso e Pará); e o mosaico de transição vizinho a área indígena dos Yanomami em Roraima”;
- “Assim como não há diretrizes estratégicas ambientais que orientem para sua localização, os projetos de assentamento em sua própria estrutura não seguem critérios ambientais: a abertura de estradas, a localização do núcleo residencial e a divisão em lotes não respeitam as particularidades ou as partes mais sensíveis dos ecossistemas atingidos como florestas, nascentes e rios – o que multiplica os impactos ambientais. Às vezes o INCRA implanta um Projeto de Assentamento de mais de 100.000 hectares, sem qualquer estudo de impacto ambiental”;
- “O assentado e o colono dos projetos de assentamento, como todo pequeno proprietário ou posseiro da Amazônia, com as exceções de praxe, também vendem madeira extraída legal ou ilegalmente, mas sempre insustentavelmente; também promovem o desflorestamento seja para sua cultura de subsistência, à proporção média de 2 a 3 hectares/ano; seja para pastagens. Aliás, nos últimos 3 anos o INCRA tem orientado os assentados beneficiados com o PROCERA a comprar gado bovino, e os estimulado a fazer pastagens como critério para regularização fundiária”; e

- “Colonos e assentados de programas federais e estaduais da Reforma Agrária na Amazônia foram autorizados ao longo dos últimos 35 anos (porque antes disto é insignificante) a desmatar cerca de 16 milhões de hectares, 15 milhões dos quais cobertos por florestas e as evidências indicam que assim o fizeram e o fazem enquanto os outros 16 milhões de hectares que compõem a reserva legal foram segmentados e sua fauna e flora expostas à exploração sem critério. Algumas áreas destinadas a projetos de assentamento provieram de fazendas parcialmente desflorestadas (o que quase não aconteceu com os projetos de colonização) em contrapartida algumas áreas de reserva legal da floresta de projetos de colonização e assentamento foram desmatados”.

Quase uma década depois deste relatório ser publicado pelo Legislativo Federal, seu texto ainda é atual.

Assentamentos de reforma agrária têm tido um papel muito importante como agentes de destruição ambiental também fora da Amazônia. Embora a Mata Atlântica tenha sido reduzida a algo como 7% de sua área original e seja considerada patrimônio nacional, ao longo de toda a década de 1990 e até o presente, assentamentos continuaram a ser estabelecidos em remanescentes florestais, resultando na destruição recente de importantes áreas em regiões como o entorno da Reserva Biológica de Una, no sul da Bahia, e no oeste do Paraná.

Alguns desastres só foram evitados devido à firme posição de proprietários em defesa dos remanescentes naturais em suas áreas. Um exemplo foi a quase destruição da que viria a se tornar a reserva privada de patrimônio natural (RPPN) Cafundó, em Cachoeiro de Itapemirim (ES), por um assentamento. Embora abrigasse populações de grande parte das espécies ameaçadas das matas de tabuleiro do Espírito Santo -- quase totalmente eliminadas -- somente o empenho do proprietário em Brasília pode garantir a criação da RPPN e impedir que a área fosse destruída. Registre-se que o processo não foi simples, uma vez que as tentativas de proteger a área foram sabotadas pelo próprio IBAMA estadual, que apoiava os invasores. Hoje, a Cafundó é parte de um projeto de construção de um corredor ecológico associado à Floresta Nacional de Pacotuba (veja <http://www.corredores.org.br>).

Os assentamentos da reforma agrária estão entre os grandes responsáveis pelo Paraná ter alguns dos maiores índices de destruição no bioma no início desta década. Em janeiro de 2005 foi divulgado que o maior desmatamento identificado pela ONG SOS Mata Atlântica em seus 18 anos de história ocorreu no município de Rio Bonito do Iguazu, no centro-oeste do estado.

Em 1996 a área de floresta nativa da Fazenda Araupel -- uma propriedade de 87.167 há -- era de 33.254 ha, constituindo um dos maiores remanescentes de floresta com araucária que restavam na época, e a maior extensão florestada no Paraná após o maciço costeiro e o Parque Nacional do Iguazu, com o qual formava um corredor ao longo do rio homônimo. A propriedade abrigava pelo menos 70 espécies de mamíferos, incluindo onças-pintadas *Panthera onca* e queixadas *Tayassu pecari* (as últimas extintas no parque nacional) e mais de 300 de aves, como jacutingas *Pipile jacutinga*, entre outras espécies ameaçadas (Bencke *et al.* 2006).

A propriedade era conhecida pelas grandes populações de queixadas (espécie criticamente em perigo no Paraná) e catetos *Pecari tajacu*, que eram objeto de um programa de pesquisa e manejo específicos. Com a invasão pelo MST e o início da tradicional atividade de caça predatória, em três anos a população de queixadas foi extinta pelos invasores, o que eliminou a possibilidade de manejar a espécie para o parque nacional (Margarido 2004).

A Fazenda Araupel foi invadida, em 17 de abril de 1996, por 3.000 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que estabeleceram dois acampamentos na propriedade (Ireno Alves e Magno Freire). As primeiras denúncias de desmatamento e caça predatória foram feitas ao IBAMA logo em seguida. O IBAMA, em relatório emitido em 02 de agosto, já advertia que o “assentamento descomunal” seria uma “fatalidade irreversível de degradação ambiental”.

Apesar disso, a destruição continuou e em 2002 a área de floresta já havia encolhido para 22.640 ha. A inoperância e desinteresse dos governos federal e estadual, e os interesses políticos envolvidos, fizeram com que mais 1.813 ha fossem perdidos entre 2003 e 2005, quando a propriedade foi finalmente comprada para fins de reforma agrária.

Mais de 10 mil hectares de mata nativa foram dizimadas entre 1996 e 2005, e o restante gravemente degradado por exploração madeireira e incêndios, embora repetidas denúncias

tenham sido feitas pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP 2004). Este foi um dos maiores golpes sofridos pelas florestas maduras de araucária remanescentes no sul do Brasil, ecossistema do qual restam menos de 2% da área original, e um dos maiores desastres ambientais da década. Ao mesmo tempo, está em curso um processo promovido pelo Ministério Público, decorrente do fato de a empresa proprietária ter recebido valores superfaturados durante a desapropriação.

Este desastre se repete em outras regiões. Da área total desapropriada pelo INCRA no Brasil entre 1997 e 1999, apenas 21,1% era terra com uso agrícola antes de sua ocupação (Teófilo & Garcia 2003). E, sintomaticamente, os assentamentos de reforma agrária nos estados do domínio da Mata Atlântica tendem a se agrupar nos municípios com maior média de remanescentes florestais (SOS Mata Atlântica & INPE 2002).

A mesma atitude de descaso para com os impactos sobre áreas naturais por parte do INCRA e dos “movimentos sociais” em propriedades privadas ou terras públicas também é evidente quando as áreas-alvo estão no entorno, ou mesmo no interior de unidades de conservação.

O mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia* é um dos símbolos da natureza ameaçada no Brasil e objeto de um dos maiores e mais longos projetos de conservação, que desde 1984 envolve desde a reintrodução de animais à educação ambiental. Apesar disso, a Reserva Biológica de Poço das Antas, crucial para a espécie, sofre com o cerco de acampamentos de sem-terra e assentamentos da reforma agrária.

A Reserva Biológica do Poço das Antas foi criada em 1974 e era a única área protegida onde ocorria esta espécie de primata. Depois de 21 anos de intensos esforços, a população de micos está em recuperação, mas ainda está bem abaixo de um número mínimo para uma população viável de 2.000 indivíduos. Estudos de viabilidade têm demonstrado que são necessários pelo menos 25.000 ha de florestas para a sobrevivência da espécie no longo prazo. No entanto, restam apenas 2% das florestas na área de distribuição original da espécie (Kierulff & Procópio de Oliveira, 1996), o que dá a cada remanescente importância vital para a reconstrução da conectividade da paisagem e expansão da cobertura florestal.

A relação entre a reserva e os assentamentos é antiga (Cullen *et al.* 2005). De 9.800 ha desapropriados pelo INCRA no município de Silva Jardim em 1974, 5.300 ha foram destinados à criação da reserva e o restante para a reforma agrária. O primeiro assentamento criado, Aldeia Velha, limita-se ao norte com a reserva, originalmente com 900 ha e 91 famílias. Do total de famílias assentadas, poucas dúzias ainda permanecem na área – muitas propriedades foram vendidas a residentes de cidades vizinhas para construção de casas de fim-de-semana, e outras foram combinadas, tornando-se fazendas de gado. Este padrão é o habitual em todos os assentamentos de reforma agrária. Além disso, a manutenção da reserva legal de 20% foi ignorada, e a vegetação em áreas de declive acentuados e margens de cursos d'água foi na maior parte destruída.

Um segundo assentamento foi criado pelo INCRA em 1994 para 104 famílias, como resultado da ocupação de uma propriedade de 1.200 ha (Cambucaes – Olhos d'Água). A reserva legal então existente foi dividida entre 19 famílias, que passaram a explorar a madeira e cortar a mata para cultivar a área (Cullen *et al.* 2005).

Como é seu procedimento-padrão, nos novos assentamentos no entorno de Poço das Antas, o INCRA ignorou a resolução Conama 13/1990, que exige um Estudo Prévio de Impacto Ambiental para a implementação de qualquer atividade econômica de potencial impacto ambiental num raio de 10 km de distância dos limites de unidades de conservação de proteção integral. Em 1997, o MST organizou a ocupação de uma área de 500 ha de propriedade do INCRA e grilada por um único proprietário rural. Um dos ocupantes iniciou um incêndio que se espalhou e causou danos significativos à reserva biológica. Depois de ser oficialmente reconhecida como área de interesse para reforma agrária em 1999, parte desta área foi destinada ao assentamento de 30 famílias. Outras 83 famílias organizadas pelo MST ocuparam uma área similar, quando o IBAMA promoveu ação civil pública em face do INCRA, demandando o Estudo de Impacto Ambiental exigido pela lei (Cullen *et al.* 2005).

Nesse cenário, as várias organizações ligadas ao projeto mico-leão tentam trabalhar em conjunto com as associações de assentados que hoje circundam a reserva, para minimizar os estragos provocados (Cullen *et al.* 2005). A despeito disso, a caça continua a ser um problema

sério na reserva e os micos-leões continuam a ser oferecidos no comércio regional de animais (A. Pissinatti com. pess. dez. 2006).

Outras unidades de conservação também convivem com a pressão imposta por assentamentos, que constituem um dos principais fatores de sua degradação. A Estação Ecológica de Murici, em Alagoas, criada apenas em 2000 -- muito embora a proposta de criação seja do final da década de 1970 -- é a UC brasileira que abriga a maior concentração de espécies ameaçadas de extinção, incluindo algumas espécies restritas às parcas manchas que restam de florestas montanas na Serra da Borborema (Tabarelli *et al.* 2006a,b, Bencke *et al.* 2006). A Estação Ecológica de Murici é um dos maiores remanescentes de florestas do Centro de Endemismo Pernambuco, e apresenta a biota mais ameaçada no país -- com menos de 2% de área remanescente, e praticamente sem áreas em estado avançado de sucessão vegetal (Tabarelli *et al.* 2006a,b). A importância da área, reconhecida a pelo menos três décadas, não impediu que o INCRA criasse assentamentos no seu entorno, incluindo parte da floresta remanescente. O resultado é que hoje mais de seis mil pessoas utilizam lenha retirada da estação, além de persistir a retirada de madeira para fins de construção e a caça da pouca fauna remanescente.

A situação trágica de Murici reflete o padrão geral no Centro Pernambuco, onde o INCRA tem implantado assentamentos sempre associados às áreas de remanescentes naturais, que são vistas como fonte de lenha e outros recursos a serem explorados, e eventualmente esgotados, pelos assentados. O pouco da Mata Atlântica nordestina que escapou da expansão da cana-de-açúcar (mais recentemente durante o PROALCOOL) agora é queimado no altar da reforma agrária, enquanto as poucas unidades de conservação existentes permanecem, na prática, abandonadas (Tabarelli *et al.* 2006b).

As situações de Poço das Antas e Murici não são únicas. O descaso com a legislação em geral, e com as questões ambientais em particular, se reflete em assentamentos implantados no entorno imediato de Unidades de Conservação, usualmente à revelia de seus órgãos gestores. Exemplos incluem o Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR) em São Paulo, a APA Guaraqueçaba, no Paraná, os parques nacionais Serra das Confusões e Serra da Capivara, no Piauí, a Reserva Biológica de Poço das Antas, no Rio de Janeiro, a Reserva Biológica de Una, na Bahia, e o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul.

Em alguns casos o INCRA não hesitou em implantar assentamentos ou emitir títulos no interior de unidades de conservação. Em Rondônia, onde 52 unidades estaduais foram criadas no âmbito do PLANAFLORO, um fracassado projeto de "desenvolvimento com conservação", é um exemplo didático, onde o INCRA foi instrumental na destruição de unidades insubstituíveis como o Parque Estadual de Corumbiara e o Parque Estadual Serra dos Parecis (Ribeiro *et al.* 2005). Como exposto acima, assentamentos ao longo da BR 163 se sobrepõem com UCs criadas anteriormente.

A vulnerabilidade de unidades de conservação mais permissivas, como as áreas de proteção ambiental (APAs), é ainda maior. A Área de Proteção Ambiental (APA) Bananal-Cantão foi decretada pelo Governo do Estado do Tocantins em maio de 1997. Seu objetivo era regulamentar a ocupação e proteger uma região única onde o cerrado se encontra com a floresta amazônica do vale do rio Araguaia. Em princípio seria possível conciliar a conservação ambiental e a ocupação humana por meio do zoneamento da área e do respeito às normas por ele instituídas.

O Rio Caiapó é um dos principais afluentes do Rio Araguaia, e corta a área da APA. Seu encontro com o Rio Araguaia forma um grande delta interno rico em lagos e florestas alagadas, onde ocorre uma fauna rica que inclui ariranhas, jacarés-açus, botos, jacus-vermelhos e patos-corredores. O médio rio Caiapó está acima da planície de inundação do Araguaia e corta uma área de florestas tropicais secas que, cercada por cerrados e pastagens, se mostra como grandes quadrados irregulares dispostos ao longo do rio, clássica assinatura de áreas de reserva legal pertencentes a grandes propriedades. Este conjunto de florestas foi considerado como "zona de conservação" no zoneamento da APA, mas isto não impediu que o INCRA implantasse 28 assentamentos no interior da APA, a maioria estrategicamente situada exatamente nas áreas de floresta da "zona de conservação". Nessas áreas estão concentrados os núcleos de desmatamento da região, onde ocorre rápida eliminação de uma biota pouco conhecida e é comprometida a bacia de um dos principais afluentes do Araguaia, já gravemente assoreado.

Embora se divulgue que em alguns assentamentos de reforma agrária haja ganhos ambientais, por terem sido iniciados projetos de restauração e conexão de habitats em regiões desmatadas (p. ex. no entorno o Parque Estadual do Morro do Diabo, em São Paulo - Cullen *et al.* 2005), as particularidades destes casos em relação à situação geral os tornam exceções à regra de que assentamentos estabelecidos junto a áreas naturais são um desastre ambiental e não uma estratégia que pode ser utilizada de forma ampla.

Deve-se lembrar que o “bom comportamento” dos assentados se deve não somente ao intenso trabalho da organização não governamental que difunde o projeto, mas resulta também da intervenção do Ministério Público resultante da ameaça ao Parque Estadual do Morro do Diabo e de fatos como o incêndio das florestas da Gleba Tucano (hoje Estação Ecológica Mico Leão Preto) e invasões de reservas legais por membros do MST.

Todos os casos e estudos relatados não deixam dúvidas quanto à importância dos impactos gerados pelos assentamentos sobre o meio ambiente em geral e sobre as áreas protegidas em particular. Apesar disso, assentamentos da reforma agrária continuam a ser propostos no entorno de unidades de conservação de proteção integral e no interior das de “uso sustentável”, algumas destas (as reservas extrativistas) sendo computadas como “assentamentos” pelo INCRA.

A reforma agrária, muito embora seja uma demanda válida de setores da sociedade, tornou-se uma séria ameaça ao patrimônio natural do país, devido à sua forma de implementação, que deve ser modificada urgentemente. Mais que isso, a reforma agrária feita em áreas ambientalmente sensíveis mostra facetas que vão além da questão ambiental, com sérios equívocos -- nos conceitos, estratégias e operacionalização -- que se traduzem em um enorme dispêndio de recursos públicos para manter um programa que, sob qualquer critério objetivo, longe de resolver os desafios existentes, cria inúmeros problemas.

2 – O Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária

Como já assinalado acima, os assentamentos de reforma agrária são notórios por serem implantados sem que sejam submetidos ao processo de licenciamento ambiental que a legislação estabelece para intervenções com seu potencial de impacto e dano ambientais.

Um aspecto importante para compreender parte do conflito entre unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária é o rito necessário para o licenciamento ambiental destes. A legislação (Resolução CONAMA 289 de 25/10/2001) dispõe que assentamentos não são isentos do processo de licenciamento ambiental, e que este processo deve ser realizado pelo órgão estadual competente.

No caso de assentamentos na zona de amortecimento de unidades de conservação (ou no seu interior, como pode acontecer em Áreas de Proteção Ambiental) é necessário haver ciência e manifestação do órgão gestor da unidade (art. 25 e 26 da Lei Federal 9.985/2000 e Resolução CONAMA 13 de 06.12.1990). O gestor – tanto o IBAMA como um órgão estadual – pode optar pela não implantação, devolvendo o processo para o órgão licenciador para prosseguimento (artigo 4º da Resolução CONAMA 237 de 19.12.1997 e art. 20º VIII do Decreto 4.343 de 2002). Fica a critério do órgão licenciador solicitar ou não estudos ambientais, bem como indicar as restrições técnicas e legais existentes. Se o órgão gestor negar aprovação, não há como prosseguir com o processo de licenciamento.

A circular 05/2004 da presidência do IBAMA determina que o licenciamento de projetos de carcinocultura e de assentamentos rurais em unidades de conservação de uso sustentável (como Áreas de Proteção Ambiental) sem plano de manejo é de responsabilidade do presidente do órgão. O mesmo é válido para o entorno das unidades de proteção integral que não contam com plano de manejo.

As principais diretrizes da resolução CONAMA nº. 289/2001 são a proibição de assentamentos em áreas de florestas e a exigência das licenças ambientais para os novos assentamentos (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), além da licença de operação para os assentamentos criados antes de 2001 – sendo a última condicionante gerada por Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado junto ao Ministério Público em 2003. Porém, o relatório mais recente do Ministério do Meio Ambiente sobre a aplicação da resolução CONAMA 289/2001 aponta que, entre 2003 e 2005, somente 718 assentamentos em

todo o Brasil encontravam-se em processo de licenciamento, indicando um baixo cumprimento do TAC (MMA 2005). Estima-se que em março de 2006 apenas metade dos cerca de 4.800 projetos que se enquadram nos termos do TAC tinham iniciado o processo de licenciamento. Em outras palavras, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e seu braço operacional, o INCRA, operam à margem da lei, e não apenas da lei ambiental, como iremos demonstrar.

A resolução CONAMA nº. 387 de dezembro de 2006 modificou a resolução 289/2001. A nova resolução mantém a necessidade de licenciamento ambiental pelos órgãos competentes, determina a necessidade de apenas duas licenças (prévia e de instalação-operação) e flexibiliza os documentos necessários para o licenciamento. Nesse sentido, pode ser utilizado um “relatório ambiental simplificado” (RAS) ou mesmo um laudo agrônômico pode ser suficiente, segundo o “critério do órgão competente”.

Por outro lado, a resolução CONAMA nº. 387 mantém, pelo menos nominalmente, a proibição de assentamentos que exijam corte raso em “áreas com florestas e demais áreas de vegetação nativa protegidas por normas jurídicas”, a despeito de não mencionar o termo “unidades de conservação”.

A forma inadequada com que o INCRA lida com o licenciamento ambiental motivou, no início de 2007, recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para determinar mudanças nos procedimentos de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Segundo o TCU, para minimizar despesas inúteis, o decreto presidencial determinando a desapropriação da terra só deve ser publicado após a expedição de licença ambiental relativa ao projeto de assentamento. No entendimento do TCU, no processo de licenciamento haverá casos em que a licença ambiental não poderá ser emitida, bem como casos em que a licença ambiental apresentará condicionantes que tornam o assentamento inviável.

A reação do INCRA foi impetrar, em 29 de março de 2007, mandado de segurança contra a recomendação do TCU, argumentando que a elaboração do projeto de assentamento, que depende da expedição de licença ambiental, só pode ser feita após a imissão da posse da terra. Assim, não seria possível obter a licença antes da publicação do decreto. O INCRA também sustenta que, diante das normas vigentes, a recomendação do TCU é “totalmente descabida” e que, do ponto de vista ambiental, não é necessária a expedição da licença (ambiental) antes do decreto de interesse social, bastando que a expedição ocorra antes do projeto de assentamento.

O órgão adota, assim, a visão de que o licenciamento ambiental é mera etapa burocrática para validar algo decidido de antemão, com base em critérios políticos e não técnicos.

3 - Estudos de Caso

Alguns casos ilustram a diversidade de conflitos existentes entre unidades de conservação, movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, e projetos de reforma agrária. Os casos apresentados foram selecionados por sua representatividade geográfica e pelo fato de refletirem processos de ocupação e/ou reforma agrária em diferentes contextos e em diferentes estágios de implementação, de modo a apresentar uma perspectiva ampla da questão abordada.

3.1 - APA Guaraqueçaba

A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba foi criada por decreto federal em outubro de 1985. Esta unidade de conservação de “uso sustentável” situa-se na região litorânea do Paraná, incluindo parte da planície e das zonas montanhosas litorâneas que limitam a Baía de Antonina. Atualmente forma um dos mais importantes mosaicos de áreas protegidas no domínio da Mata Atlântica, articulando-se com a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, o Parque Nacional do Superagui e várias RPPNs.

A região experimenta precipitações anuais entre 2.000 e 3.000 mm, conforme a altitude. A umidade relativa é alta, sempre superior a 80%. Há precipitações em todos os meses, com menos dias chuvosos (10 a 12) entre maio e agosto e um pico de precipitações (> 20 dias com chuvas) entre janeiro e março. Em Paranaguá as médias no verão são de 28 e 20°C, e no inverno 21,7 e 13,4°C, cerca de 0,6°C mais baixas que em Iguape e Cananéia, mais ao norte.

Ocasionalmente são registradas geadas pontuais (Straube & Urben-Filho 2005). Nota-se um aumento nas temperaturas médias, com um aumento médio de 1,4°C entre 1885 e 1961 (Maack 1981). No alto da Serra do Mar há uma estreita faixa com temperaturas anuais médias inferiores, da ordem de 14° C (Maack 1981).

A região apresenta uma geomorfologia complexa devido a soerguimentos do maciço montanhoso gnais-granítico da Serra do Mar e elevações-satélite pelo menos desde o início do Quaternário, pela alternância de várias regressões e transgressões marinhas e por processos de erosão/sedimentação que formam, além dos aluviões do fundo dos vales cultivados, os cordões arenosos e ilhas-barreira da orla costeira. As atuais baías de Paranaguá e Guaratuba são antigos vales fluviais do Terciário que hoje se encontram submersos.

A complexidade do relevo e da drenagem é refletida nas comunidades vegetais, que incluem restingas, manguezais, pântanos litorâneos, matas costeiras, floresta pluvial de encosta, floresta nebulosa (acima de 1.000-1.100 m) e campos no alto das cristas (acima de 1.350-1.500 m, Maack 1981).

O conhecimento sobre a biota da APA ainda não é completo, mas como em outras regiões dentro do bioma Mata Atlântica, os estudos disponíveis mostram que a riqueza de espécies e níveis de endemismo são altos. O zoneamento da APA de Guaraqueçaba (IPARDES 2001) apontava a presença de pelo menos 37 espécies de anfíbios, 45 de répteis, 341 de aves e 70 de mamíferos na região, incluindo um importante conjunto de espécies ameaçadas, como onças-pintadas (uma das últimas populações na Mata Atlântica)

Estudos mais recentes têm elevado a riqueza de espécies registradas na região. Por exemplo, levantamentos na Reserva Natural de Salto Morato, uma área restrita dentro da APA (Straube & Urben-Filho 2005), registraram 329 espécies de aves (106 endêmicas da Mata Atlântica), pouco mais de 50% do total registrado para o estado do Paraná, incluindo oito espécies ameaçadas global e nacionalmente (Ministério do Meio Ambiente 2003, BirdLife International 2006) e 34 no nível estadual (Straube *et al.* 2004). Levantamentos em outras áreas próximas pelo menos duplicam o número de espécies ameaçadas documentadas na região, com destaque para espécies restritas às florestas de planície litorânea e fundos de vale, exatamente aquelas sob maior pressão humana (Bencke *et al.* 2006).

A concentração de espécies ameaçadas e endêmicas faz com que a região seja considerada globalmente importante para a conservação das aves, grupo que pode ser utilizado como um indicador geral de biodiversidade (Bencke *et al.* 2006).

A região da APA tem um longo histórico de ocupação humana, datando os núcleos urbanos de Antonina e Guaraqueçaba do século XVII, embora já existissem ocupantes europeus desde a primeira metade do século XVI. Juntamente com cidades no extremo sul de São Paulo (Iguape e Cananéia), as no Paraná se estabeleceram inicialmente como bases de suporte à exploração de ouro realizada no interior (Alvar & Alvar 1979). Esgotado o ouro, a economia se voltou à extração de madeira, pesca e agricultura, a produção de arroz e banana se firmando comercialmente e persistindo até a crise econômica de 1930.

Na vizinha Ilha do Superagui, uma colônia de imigrantes suíços, franceses e alemães, foi fundada pelo idealista Wilhelm Michaud, em 1852 e, em 1856 totalizava 64 pessoas. Em 1879, Superagui tinha 150 casas, sendo 140 de estrangeiros que se dedicavam a uma agricultura variada. Em 1902 havia 1.480 habitantes, mas o censo de 1916 indica apenas 150, uma queda abrupta na população associada ao declínio da agricultura. Uma colônia alemã fundada na Serra Negra foi dispersa em 1942 (Alvar & Alvar 1979).

Até o final do século XIX Guaraqueçaba era um grande exportador de bananas para o Uruguai e Argentina, mas uma violenta geada destruiu os bananais em 1918 e estes nunca mais se recuperaram plenamente. Na década de 1930 o comércio com a Argentina declinou e em 1940 o arroz perdeu a competitividade (Alvar & Alvar 1979).

Guaraqueçaba, com precário acesso terrestre, foi afetada pelo desenvolvimento do porto rival de Antonina e, posteriormente, pelo de Paranaguá. A competição com portos rivais e a perda de competitividade dos produtos locais levou a população local a emigrar ou a adotar uma economia focada na pesca, na agricultura de subsistência, no extrativismo do palmito e na caça, sendo que as duas últimas atividades merecem destaque (Alvar & Alvar 1979).

O esvaziamento econômico e demográfico ocorrido após o pico populacional de 1935, em última análise, permitiu a regeneração e conservação das áreas de floresta nativa. O uso agrícola, no início deste século, ocupava apenas 8% da área de Guaraqueçaba (Rodrigues 2002). Nos 313 mil ha da APA vivem menos de 10 mil habitantes. Processo similar ocorreu no Estado de São Paulo, onde a priorização de Santos como porto exportador levou ao abandono de portos menores -- como Ubatuba, São Sebastião, Cananéia e Iguape -- à decadência econômica regional, ao abandono das fazendas e à regeneração da floresta, com as comunidades de agricultores tornando-se pescadores (França 1951, Sanches 2004).

Uma tentativa de dinamizar a economia regional se deu com a introdução da criação de búfalos na década de 1950 e da primeira indústria de palmito em 1951, embora a primeira atividade acabasse se revelando economicamente inviável (Rodrigues 2002). Em 1970 houve novo ímpeto com a abertura da estrada, ainda hoje não pavimentada, ligando Antonina a Guaraqueçaba por iniciativa do então governador Paulo Pimentel. Um dos principais objetivos da estrada era o de possibilitar a abertura de uma “nova” fronteira para a exploração madeireira, a qual continuou até meados da década de 1980, amparada por “planos de manejo” autorizados pelo IBDF, e a fabricação de carvão vegetal.

Ao mesmo tempo foram concedidos incentivos fiscais e criadas linhas de crédito para a abertura de pastagens e implantação da bubalinocultura, além de projetos de “manejo” de palmito, favorecendo grandes proprietários de terra. Em 1991 a indústria do palmito era a principal fonte de arrecadação do município, o que levou praticamente à extinção deste recurso natural (SPVS 1993).

Este processo se deu em meio a conflitos pela posse da terra, já que a titularidade da maioria das posses e propriedades é problemática, além do fato de a pecuária notoriamente demandar baixa mão-de-obra. Um dos resultados destes conflitos foi o deslocamento de famílias de agricultores para áreas mais próximas da costa e a adoção da pesca como atividade econômica, processo que deixou marcas na comunidade e fez surgir uma tensão permanente entre pecuaristas e pequenos produtores.

É interessante notar o paralelo entre o processo observado em Guaraqueçaba e o modelo-padrão de ocupação da Amazônia, com as seguintes etapas: abertura de estradas; exploração madeireira; implantação da pecuária subsidiada; ausência de benefícios sociais; e surgimento de conflitos pela posse da terra.

Esta ocupação recente se somou aos impactos crônicos do uso “tradicional” de recursos naturais, como a atividade de caça que -- por ser usada tanto como fonte de proteína, bem como para atender ao comércio de animais -- já extinguiu localmente, ou reduziu de forma importante, as populações de várias espécies (Andrighetto-Filho *et al.* 1988).

Alvar & Alvar (1979) discutem a fragmentação da sociedade local: “em sua decadência, Guaraqueçaba perdeu muitas coisas. Como grupo sem força etno-cultural suficiente, foi perdendo partes do que a mantinha. Refugiou-se no grupo menor de toda a comunidade que é o lar, ou o teto sob o qual nascem ou vivem alguns indivíduos”. As facções religiosas constituem importante fator de desagregação, e já levaram ao fim do carnaval e dos mutirões. Esta atomização dos grupos sociais, distribuídos em 56 comunidades da APA, acompanhada de rivalidade, limitado espírito de cooperação, depreciação e beligerância, é uma característica comum a populações caiçaras, como observado ao longo de todo o litoral paulista e importante para compreender o surgimento de conflitos.

A despeito dos projetos desenvolvimentistas, o fato é que a região carece de suporte de serviços públicos e de opções econômicas. Guaraqueçaba é representativa, com o terceiro pior índice de desenvolvimento humano (IDH) entre os 399 municípios do estado do Paraná. Associado a este fato está o virtual abandono da região pelo governo estadual após a década de 1980, uma vez que a região apresenta pouca importância política. Observa-se o padrão do “se não dá votos, não recebe serviços”, o que faz com que a população frustrada pelo abandono do poder público atribua suas carências ao IBAMA, gestor da APA e responsável por aplicar a legislação ambiental, e às entidades conservacionistas. Isto se dá apesar de repasses de verbas diretamente relacionados à existência das áreas protegidas garantirem aporte significativo de recursos financeiros às prefeituras.

Apesar dos instrumentos existentes para a proteção dessa região peculiar, como a criação de unidades de conservação e a fiscalização intensiva, os ecossistemas originais foram bastante

modificados, dando lugar a diversas zonas de uso agrícola, principalmente de monoculturas, bem como à pecuária extensiva, atividades concentradas nas regiões tratadas como “terras baixas”.

Não obstante os esforços para a conservação, que incluem propostas educacionais e de fiscalização, as principais ameaças se intensificaram muito nas últimas décadas, estando em geral relacionadas à supressão de habitats, mas também à exploração de palmito e à caça. A planície litorânea paranaense, especialmente no litoral sul, tem sofrido impactos significativos decorrentes principalmente do loteamento para fins imobiliários. Nota-se a descaracterização da biota regional – com destaque para o desmatamento de florestas de baixada e a drenagem de áreas alagadiças – reduzindo esses ambientes e influenciando diretamente na composição faunística original.

Embora tenha sido criada em 1985, foi somente em 1997 que a APA passou a contar com um plano de gestão, e em 2001 que foi produzido um zoneamento, o qual tem servido para a gestão da unidade, enquanto um plano de manejo não é elaborado. O conselho (CONAPA), órgão que envolve os atores locais na gestão da unidade, foi estabelecido em 2002. Além dos problemas inerentes às APAS, como conciliar as expectativas da população com a efetiva conservação ambiental, e da inadequação desta categoria de manejo para alguns dos espaços por ela abrangidos, há ainda a fragilidade institucional dos órgãos gestores, cronicamente carentes de pessoal e salvaguardas políticas. Para isso colaboram orçamentos mínimos, da ordem de R\$ 60 mil/ano.

Nas palavras de Lauro Loschner, presidente do CONAPA (entrevistado em 12/02/07):

- “O IBAMA está muito fraco. Não tem combustível, não tem barco, tem que depender dos outros para trabalhar. Então acaba com a APA! Se o governo federal não dá respaldo a seus funcionários para trabalhar, não tem interesse na APA, não cumpre sua parte no trato, nós ficamos como palhaços. A APA está sem chefe e não foi falta de ligar para o Ministério Público. Não há resposta”; e
- “Os órgãos exigem que cumpramos nossa parte e ficamos como idiotas esperando a parte deles para licenciamento. Se entramos no IAP (Instituto Ambiental do Paraná) nunca sabemos quando teremos resposta. O IAP está muito ruim por falta de pessoal. Há só uma pessoa em Guaraqueçaba. Não há como atender tudo. E o sistema nem é informatizado. E tudo que entra no IAP vai para o IBAMA”.

Por outro lado, o CONAPA tem sido, na visão de vários membros, um exercício de democracia madura que constitui um fórum para a resolução de conflitos, constituindo uma experiência valiosa construída ao longo de um custoso processo de aprendizagem. Infelizmente, as decisões do CONAPA tendem a ser ignoradas pelo governo estadual, que continua adotando uma postura autocrática. Por outro lado, o conselho, como seus similares, depende em grande medida das posturas individuais de seus membros, sendo vulnerável a personalismos.

Além da ação das agências dos governos federal e estadual, desde o início da década de 1990 a região tem sido o foco da atenção de organizações não governamentais voltadas à conservação, como a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, que mantém a Reserva Natural de Salto Morato, e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem – SPVS, que desenvolve projetos que vão de alternativas econômicas para as populações locais ao combate ao aquecimento global, este em três antigas fazendas de criação de búfalos, que somam 18.000 ha, parcialmente convertidas em reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs).

O fato de a região estar sob proteção ambiental faz com que as prefeituras locais recebam importantes aportes financeiros oriundos do ICMS ecológico, o que é relevante já que prefeituras como a de Guaraqueçaba (que recebe cerca de R\$ 2 milhões/ano daquela fonte) constituem os principais empregadores na região. Também é significativo o fato de 58,2% dos agricultores terem rendimentos como aposentados (Rodrigues 2002), pois indica que a economia local depende, em grande medida, de transferências do governo.

3.1.1 - A Polêmica do Assentamento na APA

A base documental para traçar o histórico do conflito entre acampados do MST e a APA de Guaraqueçaba é o processo que, eventualmente, foi aberto para licenciamento de um projeto

de assentamento rural na área (documento 02017.001989/06-84 IBAMA/MMA – SUP Estadual PR).

As propriedades rurais de maior porte, especialmente as dedicadas à pecuária, comumente têm famílias de agregados que trabalham nas mesmas, mas com status de posseiros, sem direito à terra. Conforme estas famílias crescem e as novas gerações buscam seu lugar, surgem conflitos, já que a terra é um recurso limitado, enquanto a população é crescente. Esta é a origem maior da atual polêmica sobre a implantação de assentamentos na APA de Guaraqueçaba.

Um grupo de posseiros da Fazenda São Rafael, em Antonina, promoveu ação de usucapião visando obter a posse definitiva das terras onde residiam. Diante do posicionamento judicial desfavorável, e inspirados pelo que é visto cotidianamente na mídia, adotaram estratégias do MST para dar visibilidade à sua demanda, solicitando apoio do movimento. O acampamento foi batizado de José Lutzemberger, e uma escola rural no sítio passou a ser utilizada como base das atividades.

O zoneamento da APA considera a bacia do Rio Pequeno, onde se situam a Fazenda São Rafael e a vizinha Fazenda Marcosanto, como “zona de conservação”. Uma característica da bacia é a baixa qualidade dos solos dos fundos de vale e sua vulnerabilidade a alagamentos. Estas características fizeram com que as propriedades se dedicassem à criação de búfalos.

Na primeira semana de maio de 2003 foi instalado um acampamento às margens da estrada de acesso às fazendas São Rafael e Marcosanto. A primeira vitória da gerência da APA, então sob responsabilidade de José Otávio Consoni, se deu no dia 9 de maio. O então superintendente do IBAMA, Marino Gonçalves, era um advogado que havia atuado junto ao MST e possuía boa relação com o INCRA, e que teria tentado mediar a situação, pois haveria predisposição do INCRA em transferir as famílias para outra área. Este discurso, se alguma vez foi sério, nunca se concretizou. A ambigüidade da direção o IBAMA impediu uma ação mais firme ou a repressão ao corte de madeira e a outras infrações ambientais detectadas durante as fiscalizações. Posteriormente, o diretor do IAP, Raska Rodrigues, adotou posição favorável a um assentamento na área.

O ofício CONAPA 11/2003 informa que em 18.12.2003 havia 70 pessoas vivendo precariamente na posse de Geraldo Souza, e registrava o corte raso de mata ciliar feito na área. A situação provocou reações das organizações conservacionistas desde o início. Em 23 de abril de 2004, a Rede Nacional ProUC fez sua primeira manifestação às autoridades, alertando para a situação e pedindo providências.

Relatório técnico de 18 de maio de 2004 elaborado conjuntamente por técnicos do IAP e do IBAMA concluiu que “qualquer processo de assentamento não é compatível na área de interesse dos acampados, nem em toda a extensão da APA de Guaraqueçaba”. Este relatório aponta alguns aspectos interessantes:

- “A agricultura não tem se mostrado uma atividade capaz de promover e sustentar o desenvolvimento da região; a maior parte da população rural vive em condições de subdesenvolvimento”.
- “A inviabilidade econômica dos sistemas tradicionais e a degradação ambiental se agravou na última década e pode ser constatada pelo elevado grau de pobreza rural e pela falta de perspectivas econômicas para a população urbana”.
- “Aproximadamente 50% da bacia do rio Pequeno está no raio de 10 km do Parque Estadual do Pico Paraná... quaisquer atividades que possam afetar a biota, deverão ser obrigatoriamente licenciado pelo órgão ambiental competente.”

O mesmo relatório aponta a presença de trinta barracos, com 120 pessoas, a maioria emigrados de Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais, com uma minoria de oriundos do litoral. Até então não havia sido constatada a invasão de propriedades, embora cercas tenham sido removidas e uma cancela bloqueasse a estrada. O interesse declarado era pela fazenda São Rafael, que acabou sendo invadida.

Em cinco de junho de 2004, a vizinha Fazenda Marcosanto, de Paulo Cleve Bonfim teve o mesmo destino. A abundante correspondência do proprietário às autoridades, incluindo representantes do IBAMA e o governador, que se estende pelos anos seguintes, desfia uma

relação de crimes ambientais que inclui a caça predatória, pesca com redes e bombas, eliminação da fauna por “cães de caça que uivam diuturnamente”, desmatamento, corte de palmito, entre outros.

O Memo 02/2004 da APA Guaraqueçaba informa que na Fazenda Marcosanto foi detectado desmatamento realizado pelos acampados, além do corte de palmitos e contaminação dos corpos d’água pela precária condição sanitária dos acampados.

Enquanto isso, o número de acampados aumentava com a chegada de pessoas de outros municípios, como Curitiba e Londrina. Os acampados continuavam a vandalizar as propriedades, chegando ao ponto de, no final de 2004, derrubarem postes para roubar fios elétricos, causando falta de eletricidade que resultou na morte de uma pessoa na comunidade de Bananal (Lauro Loschner com. pess.).

Em 19 de julho de 2004, havia 60 famílias (aproximadamente 300 pessoas) acampadas no local (Inf. Técnica Conselho o Litoral 025/2004). O documento, assinado pela arquiteta Carmen Leal, transcreve a fala de um acampado: “quanto à SPVS, a relação que temos com eles é a mesma que temos com os latifundiários. Tanto uns quanto os outros nos querem longe daqui... estão sugando milhares de anos de conhecimento popular sobre a floresta, sua flora e fauna, a custo zero, para ser aproveitado – patenteado – por estrangeiros.... A SPVS, com a utilização do capital estrangeiro, está comprando todas as terras daqui, expulsando os pequenos proprietários... Entregam nossas riquezas em troca de mordomias e vida fácil, tornado-se capachos desses estrangeiros”.

O documento afirma que não há incompatibilidade entre um assentamento e uma área de preservação. O tom nitidamente ideológico mostra a polarização política da questão dentro dos órgãos envolvidos. O próprio Conselho do Litoral (Inf. 003/2005 de 06/09/2005 do Secretário Executivo) criticou posteriormente as características de credo e militância política do documento anterior, e solicitou estudos técnicos para embasar sua decisão.

Os proprietários das fazendas invadidas tentaram fazer cumprir as determinações de reintegração de posse que obtiveram junto ao Judiciário seguidas vezes, mas o Governo Estadual se negou a disponibilizar os policiais para cumpri-las. Carta do proprietário da Marcosanto ao governador Roberto Requião de 15 de novembro informa que em 5 de junho sua propriedade, onde criava búfalos e cultivava hortigranjeiros orgânicos “com certificado IBD” foi invadida. Nesta carta denuncia a caça e a pesca predatórias, o abate de seu gado, a depredação das edificações da fazenda, o roubo de arame, etc., questionando as razões pelas quais o governo se recusa a enviar a polícia, embora liminar de reintegração de posse tenha sido concedida em junho.

O proprietário da fazenda Marcosanto obteve liminar para recuperar veículos e implementos agrícolas que haviam sido tomados pelos acampados. A polícia militar usou de violência na ação e, nessa ocasião, barracos foram queimados pelo proprietário da fazenda, o que cristalizou a situação em um confronto, atraindo o MST para uma atuação mais incisiva na região, inclusive com uma ação política mais concentrada para criar uma rede de apoio junto às prefeituras, EMATER, UFPR e organizações não governamentais.

Ainda em outubro de 2004, houve uma tentativa de negociação envolvendo o superintendente do INCRA, Celso Lisboa, e a representante do MMA, Cecília Ferraz, com o objetivo de evitar a criação de um assentamento, mas buscando regularizar a situação fundiária dos posseiros originais. Cecília Ferraz, então na DIREC/IBAMA, também se reuniu com outros interessados, como os proprietários, mas a proposta não avançou.

Carta de Paulo Bomfim a Cecília Ferraz datada de 25 de outubro relata que 24 horas após a reunião da qual participou, sua propriedade foi invadida por “um bando de ladrões camuflados como MST...”, que mataram e roubaram cabeças de gado, roubaram caminhão e trator e ameaçaram seus funcionários de morte, sem que nenhuma atitude tivesse sido tomada pela polícia.

Submetido a toda sorte de pressões e com sua propriedade invadida, o proprietário da Fazenda São Rafael, Pedro Paulo Pamplona, fez uma proposta oficial de venda ao INCRA, datada de 14 de outubro de 2004. O CONAPA (ofício 05/2005 de 27/10/2005, reiterado pelo ofício 55/2005 de 21/11), ainda sem manifestação oficial sobre o que acontecia, solicitou informações ao INCRA em outubro e novembro do mesmo ano.

A situação continuou no início de 2005, até que em 30 de maio o CONAPA oficiou o secretário estadual de meio ambiente, Luiz Eduardo Cheida, solicitando uma posição oficial sobre o impasse na bacia do Rio Cachoeira. O ofício atesta que “apesar dos pareceres técnico-institucionais desfavoráveis às ocupações... não temos vislumbrado a tomada de posição de nenhuma autoridade ou instituição...” e “até o momento nenhuma posição definitiva foi tomada para solucionar o problema das ocupações”. Enquanto isso, provocada pela situação, a ministra Marina Silva manifestou posição contrária à implantação de assentamentos na APA (Ofício 280/2005 de 10/03/2005 do gabinete do MMA), o que deveria ter sido decisivo para a tomada de decisões pelos seus comandados.

A proposta formal de venda deu origem à solicitação, pelo INCRA, de abertura de processo de licenciamento ambiental junto ao IAP em sete de março de 2006 (processo 02017.001989/06/84). O IAP encaminhou a questão para o IBAMA, que por sua vez a enviou ao CONAPA. Esta transferência pode ser interpretada como uma fuga da responsabilidade, e desinteresse em assumir o ônus político do caso, já que o parecer do MMA já estava disponível. No entanto, foi feita a opção de transferir a responsabilidade para o CONAPA, em um longo processo de consulta que incluiu pedidos de opinião encaminhados a cerca de 100 entidades, das quais metade se manifestou.

Nesse contexto, o CONAPA também vivia um período de mudanças, com a eleição de novos conselheiros representantes das comunidades da região durante o segundo semestre de 2005. O MST aproveitou a abertura dada pelo processo democrático para se infiltrar no conselho, criando uma associação Amigos da Terra e buscando participação não apenas no CONAPA, mas também em outros conselhos locais. Em setembro de 2005 o MST se engajou no processo procurando obter o apoio de algumas comunidades para eleição de conselheiros simpáticos à sua causa por meio da distribuição de cestas básicas excedentes fornecidas pelo INCRA, principalmente nas comunidades de Rio dos Nunes e da bacia do Rio Lageado. Na comunidade do rio do Nunes os apoiadores do MST chegaram a apelar para a violência física contra seus opositores durante a eleição. As ações do MST demonstram que seus integrantes consideram a compra de votos um mecanismo válido para a conquista do poder.

Em 30 de novembro de 2006, o CONAPA realizou uma reunião extraordinária para apresentar o relatório da comissão técnica que analisou a questão do possível assentamento. Na ata desta reunião há a declaração de Paulo Bomfim: “Sou vizinho do acampamento e posso dizer que o IBAMA não tem condições de fazer fiscalização na área da APA; minha propriedade foi invadida, foi feita vistoria do pessoal de Brasília e não houve nenhuma multa, não aconteceu nada; no parecer o assentamento pode vir a diminuir a pressão sobre o palmito (eu desafio alguém a encontrar um único pé na região do acampamento); a culpa é de quem ?”

O relatório da comissão foi aprovado, sendo votada em seguida a proposta de licença prévia do assentamento.

A sessão de votação teve a presença de cerca de 150 pessoas, a maioria pertencente ao MST e fazendo pressão sobre os conselheiros. A campanha do MST nas comunidades surtiu efeito e dos 26 votos, 12 foram favoráveis, 12 desfavoráveis e houve duas abstenções (IAP e Colônia de Pescadores de Paranaguá). O voto decisivo foi dado pelo presidente do conselho, Lauro Loschner, da comunidade Bananal, contrário ao assentamento.

Com a dominância numérica de membros do MST, a votação ocorreu sob intensa pressão sobre os conselheiros, e ameaças pessoais diretas foram feitas por simpatizantes do MST a representantes de instituições como o IBAMA e da comunidade de Guaraqueçaba. A representante da última foi demitida da Prefeitura Municipal por votar contra o assentamento.

Nesta reunião, causou surpresa a posição do representante do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) a favor da abertura do processo de licenciamento, pelo que foi parabenizado pelas lideranças do MST, da Cooperativa de Trabalhadores da Reforma Agrária e pelo secretário de Pesca e Meio Ambiente de Guaraqueçaba. Esta posição do representante se deu apesar de, antes da reunião, a instituição ter se posicionado fortemente contra o assentamento.

O conflito da votação, com o conselho dividido, encerrou um ciclo de três anos onde decisões eram construídas por consenso. Venceu a filosofia da busca do confronto constante que caracteriza o MST, que, uma vez frustrado, passou a desmerecer o conselho e procurar invalidar a votação. O líder dos acampados, Jonas Souza, afirma que a votação não foi válida

porque um dos conselheiros, da sociedade comercial de Morretes, ainda não havia sido empossado.

Enquanto os órgãos públicos decidem o que fazer, o acampamento “José Lutzenberger” continua ativo, ornado por bandeiras do Estado do Paraná intercaladas por bandeiras vermelhas com a imagem de Che Guevara. A discussão sobre a gestão da APA voltou ao período pré-1991, com a dualidade agricultores nativos x “bandidos, biopiratas e estrangeiros”.

Apesar de Jonas Souza (entrevistado em 10/02/07) negar que seu grupo cace ou retire palmito das áreas próximas, o presidente do CONAPA informa ter ouvido muitas críticas de moradores do entorno sobre a caça e o bloqueio do acesso pelos acampados. Parece haver hoje um certo controle entre os acampados para evitar denúncias e a presença da fiscalização. Jonas Souza também assegura (entrevista pessoal em 12/02/07) que todos os acampados são da região -- “nativos”, mas uma visita ao acampamento encontrou pessoas que espontaneamente declararam ter vindo do Vale do Jequitinhonha. Um acampado, Sr. Gelson, declarou: “sou pedreiro, nascido em Recife, mas morava em Curitiba fazia 11 anos. Quando ouvi falar daqui coloquei minhas coisas em um caminhão e vim para o acampamento. Aqui é bom demais, muito tranquilo e sempre tem o que comer”.

Os acampados afirmam que pretendem instalar áreas de cultivo que utilizam a abordagem agroecológica, e mostram aos visitantes alguns trechos de capoeiras onde plantaram fruteiras e palmeiras, além de bananais consorciados com outros cultivos. A atividade conta com apoio técnico da UFPR e da EMATER. Há pouca dúvida de que esta seja uma abordagem menos impactante que a criação de búfalos, mas sua viabilidade econômica ainda não foi comprovada.

Um aspecto importante do conflito na APA é um padrão recorrente em unidades de conservação. Estas são, em geral, implantadas em regiões onde o Estado está ausente e a economia é marginal, decadente ou informal. A unidade de conservação surge como uma das poucas marcas da presença governamental, servindo como símbolo para que a população concentre tanto suas reivindicações como suas carências -- mesmo as reivindicações que são atribuições de outras instâncias, como saúde, educação e transporte. Assim, conseguir que um assentamento seja implantado no interior da APA teria um grande valor simbólico para o MST, por abrir um precedente. Pior que isto, o MST é visto pela opinião pública como acima da lei e intocável pela polícia, uma conclusão justificada pela simpatia do governador do Paraná pelo movimento. Mais grave, comunidades residentes na APA que têm um longo histórico de ressentimentos acumulados contra os agentes de controle ambiental verão o assentamento como sinal de que podem fazer o que quiserem.

Nas palavras de Lauro Loschner, presidente do CONAPA (entrevista em 12.02.07), a frágil paz ambiental da APA está ameaçada:

- “Eles derrubam, roubam, derrubam cerca e nada acontece. Nós, que temos domicílio fixo e sofreremos se fazemos algo queremos direitos iguais. Nós deveríamos ter privilégios porquê conservamos. Já que não acontece nada com quem destrói, nós também queremos. Trabalhar certinho não está dando certo. Vamos para a baderna”.
- “Avaliando a atitude do governo, se houver assentamento não vou me responsabilizar pelas atitudes da comunidade que represento. Se eles fizerem o mesmo que os assentados eu vou apoiar e brigamos contra a polícia ambiental e o IBAMA... A lei da APA é uma só. Se lei eles puderem fazer, nós também poderemos... Há grande ressentimento contra as leis ambientais e a fiscalização. Se abrir o precedente vamos querer o mesmo... Porquê mandam a polícia ambiental reprimir a gente, mas nada aconteceu com eles quando saiu a reintegração de posse e mataram o gado ...”.

Informações mais recentes (abril de 2007) dão conta de que o proprietário da Fazenda São Rafael, Pedro Paulo Pamplona retirou sua intenção de vender sua área ao INCRA para fins de Reforma Agrária, o que diminuiu muito a pressão sobre a questão, a ponto de, informalmente, representantes do INCRA declararem que o órgão não tem mais interesse de viabilizar assentamentos no litoral do Paraná.

3.2 - Parque Nacional da Serra da Bodoquena

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena (76.400 ha) foi criado em 21 de setembro de 2000, após uma longa disputa com proprietários de terra, e constitui a única unidade de conservação federal de proteção integral do Mato Grosso do Sul. Não obstante, documentos da década de 1960 já pediam a criação de uma UC que protegesse a região.

A Serra da Bodoquena vai de Miranda, ao norte, até Porto Murtinho, ao sul, incluindo também partes dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim. É considerada a região mais conservada de Mato Grosso do Sul, caracterizada por um maciço calcário com formações cársticas e extensos sistemas de cavernas que abrigam, além de sítios paleontológicos importantes, uma fauna cavernícola que inclui espécies com distribuição geográfica extremamente limitada, e sensíveis a alterações na qualidade das águas, como o aumento da carga de sedimentos e nutrientes, associada às práticas agrícolas.

As características geológicas fazem com que os rios da região apresentem águas extremamente claras e grande beleza cênica, constituindo um dos principais atrativos turísticos que têm significativa relevância econômica para a região e o Estado. Também é um importante divisor de águas e área de recarga para o Aquífero Guarani.

A Serra da Bodoquena estende-se por 200 km e apresenta cerca de 65 km de largura, estando circundada pela Depressão do rio Paraguai, ou seja, pelas terras baixas do Pantanal. As altitudes variam de 400 a 650 m, constituindo-se no bloco de relevo residual mais representativo do conjunto do Planalto da Bodoquena em meio à superfície rebaixada. Onde ocorrem formas aplanadas em litologias da Formação Cerradinho, há vegetação de Cerrado sobre terras roxas. Onde o relevo é dissecado, o solo de maior ocorrência é a rendzina, refletindo a presença do calcário, e há vegetação de floresta estacional decidual. Porém, na borda ocidental os solos são litólicos, e a vegetação também é de Cerrado.

O tipo de clima da região é tropical úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno (esta durando três meses), com pluviosidade média anual em torno de 1300 mm. A temperatura média anual é de 24,4°C; e a temperatura média do mês mais frio (julho) é de 20,1°C; e a do mês mais quente (janeiro) de 27,2°C .

É uma região de tensão ecológica entre Cerrado e Floresta Estacional Decidual. As florestas estacionais, dominantes no parque, concentraram-se em áreas de encosta, sendo caracterizadas por sub-bosque denso, troncos caídos, gravatás, pteridófitas, arbustos, cipós e árvores de pequeno porte, e dossel descontínuo, formado por árvores de 15 a 20 m de altura. Em determinados trechos, o solo é coberto por blocos contínuos de calcário, onde o dossel é mais aberto e formado por árvores de estatura menor, em torno de 5 a 10 m, e o sub-bosque é denso, com a presença de plantas rasteiras cobrindo grande parte da superfície.

Embora as florestas da região sejam consideradas como de influência atlântica, sua fauna mostra afinidades muito maiores com as do cerrado, incluindo também alguns elementos "pantaneiros" e uma parcela importante com grande distribuição no país. Os inventários biológicos realizados para a elaboração do plano de manejo ainda não se encontram disponíveis, mas levantamentos de aves (Pivatto *et al.* 2006) mostram a presença de mais de 350 espécies de aves. Além de registros de espécies incomuns, como os grandes gaviões *Morphnus guianensis* e *Harpia harpija* (o último com três pares reprodutivos confirmados no parque) e o ameaçado papa-capim *Sporophila cinnamomea*, ocorrem elementos chaquenhos e outros associados a florestas ripárias pantaneiras, tornando a região de grande interesse biogeográfico.

O conhecimento sobre a biota local ainda está sendo construído. Por exemplo, levantamento de pequenos mamíferos na Fazenda Califórnia, no entorno do parque, encontrou 17 espécies, incluindo um marsupial ainda não descrito e o primeiro registro da mucura *Thylamys macrurus* para o Brasil. Dentre os roedores, também foram amostradas espécies inéditas ou de ocorrência restrita à porção sudoeste do Brasil, como um novo *Akodon*, *Oecomys mamorae*, *O. chacoensis* e *Trichomys pachyurus*. Estes dados indicam uma estreita afinidade entre esta fauna e a fauna de regiões adjacentes de Cerrado e Chaco, ou seja, com a fauna do Paraguai e da Bolívia (Carmignotto 2004).

O parque nacional se situa a sudeste da Terra Indígena Kadiweu, com 538 mil ha, uma das maiores áreas pouco alteradas na borda do Pantanal Sul. A manutenção de uma matriz que permita o fluxo de indivíduos entre o parque, que é relativamente pequeno, e áreas de florestas e cerrados extensas como esta terra indígena é fundamental para assegurar a viabilidade de

populações de espécies que ocorrem em baixas densidades populacionais, como harpias e onças-pintadas.

Embora a atividade pecuária (especialmente a engorda de gado) seja dominante, o turismo baseado nos atrativos naturais do municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena tem adquirido importância crescente na economia regional e, especialmente, na geração de empregos. Os atrativos turísticos, na maioria associados aos rios e cavernas da região, distribuem-se, na maior parte, em propriedades privadas na zona de amortecimento do parque.

O Parque Nacional, apesar do pouco tempo de existência, conta com equipe atuante e seu plano de manejo está sendo concluído. É digno de nota que a área nunca sofreu um incêndio que obrigasse mobilizar uma brigada, embora a unidade conte com os equipamentos e equipe necessários. Cerca de 15% de sua área já foi regularizada pelo IBAMA.

Existem hoje quatro assentamentos rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, todos constituídos antes da criação do parque. O Assentamento Santa Lúcia (aproximadamente 40 famílias) dista cerca de 9 km do limite do Parque Nacional, o Assentamento Guaicurus (aproximadamente 500 habitantes) cerca de 2 km, e o Assentamento Campina cerca de 10 km. O Assentamento Canaã, feito pelo Governo Estadual.

Como é habitual, os assentados exploraram a madeira de seus lotes como uma de suas principais atividades econômicas, resultando em erosão e perda de áreas cultiváveis. Muitos lotes têm solo raso demais e carência de água, sendo de aptidão agrícola extremamente limitada. Ao mesmo tempo, alguns dos assentamentos se notabilizam pelos altos índices de doenças como a leishmaniose cutânea e visceral. As desalentadoras condições dos assentamentos foram descritas por Corrêa (2006).

O assentamento Canaã se sobrepõe parcialmente ao parque e ocupa três vales que eram cobertos por floresta em encostas íngremes. Os lotes, muito pequenos e com formato de faixas estreitas, foram demarcados morro abaixo, praticamente não deixando alternativa de uso que não o desmatamento, favorecendo erosão e dificultando qualquer agricultura que pudesse garantir por médio prazo a sobrevivência do assentado.

A destruição já havia ocorrido quando o parque foi criado, e pretendia-se incluir uma área maior do assentamento original no parque exatamente para possibilitar a recuperação da região do Rio Salobra, que constitui o eixo da porção norte do parque. No entanto, isto foi frustrado durante o processo de criação da unidade de conservação.

A condição de vida da maioria dos assentados é precária, não apenas devido à baixa rentabilidade da atividade agrícola ali praticada, mas também devido ao fato de que parte dos assentamentos está em áreas de afloramentos rochosos totalmente inadequadas para a agricultura. A área do assentamento Canaã é tão inadequada que 38 lotes continuam desocupados por estarem em áreas de afloramentos rochosos e terem sérios problemas de erosão, estando em processo de incorporação ao parque nacional, enquanto outros gradualmente se transformam em áreas de lazer.

Como regra, os assentados não respeitam as áreas de reserva legal. Em quatro de março de 2005, a chefia do parque nacional oficiou Roberto Oseko, chefe da unidade avançada do INCRA em Jardim (ofício 09/05 PNSB), solicitando reunião sobre a presença de gado na reserva legal do assentamento Santa Lúcia.

Projetos como o “Pé da Serra” e o “Projeto Ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena”, da Fundação Neotropical, têm procurado auxiliar as mulheres dos assentamentos a produzir produtos com maior valor agregado, mas um problema é a falta de cultura associativista que permitiria uma produção que pudesse atingir mercados que valorizassem mais sua produção.

Este mesmo problema afeta a maioria dos pequenos produtores da região, criando problemas para a solução das limitações dispostas pela legislação sanitária à colocação de produtos de origem animal no mercado, como a construção de um matadouro municipal (L. Loubet com. pess.).

3.2.1 - Os Novos Assentamentos no Entorno do Parque

Com o objetivo de buscar áreas para o estabelecimento de novos assentamentos de reforma agrária, em 2003 o INCRA de Mato Grosso do Sul iniciou vistorias em várias propriedades no entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena. Uma das propriedades selecionadas foi a Fazenda Taboquinha, com 2.797 ha no município de Jardim.

O relatório de viabilidade ambiental elaborado pela divisão técnica do INCRA/MS e emitido em setembro de 2003 aponta que 381 ha da propriedade estão localizados no interior do parque nacional. Mais de 50% da propriedade apresenta relevo fortemente ondulado (e vulnerável à erosão) e 68% são cobertos por solos "litólicos de textura arenosa cascalhenta". O relatório informa que estes solos "são desaconselháveis à utilização agrícola, quer pelo relevo onde ocorrem, quer pela pouca profundidade e presença excessiva de cascalhos". Outros 8,7% da área são cobertos por rendzinas, solos rasos relacionados aos litólicos resultantes da decomposição do calcário, ocorrendo associados a afloramentos rochosos e com excesso de cascalho e calhaus. Como os solos litólicos, apresentam sérias limitações para a agricultura.

O relatório especifica que 8,67% da propriedade correspondem a áreas de preservação permanente, e 23,5% são ocupados por "terras próprias para lavouras em geral mas que, quando cultivadas sem cuidados especiais, ficam sujeitas a severos riscos de depauperamento, principalmente no caso de culturas anuais. Requerem medidas intensas e complexas de conservação do solo". A maior parte da propriedade (67,87%) é de terras planas "impróprias para serem exploradas por culturas anuais... em razão de impedimentos permanentes tais como muito baixa capacidade de armazenamento de água, encharcamento (sem possibilidade de ser corrigido), adversidade climática...". Com limitações deste tipo, a propriedade se dedicava à atividade usual da região, com 960 ha de pastagens.

Apesar deste quadro pouco promissor para a instalação de lotes agrícolas de 50-60 ha, como é padrão nos assentamentos da região, o INCRA encaminhou ao Instituto do Meio Ambiente – Pantanal (IMAP, o órgão ambiental estadual) pedido de licença prévia para ali instalar um assentamento. Este parece ter sido mais um, dentre tantos exemplos, em que os fatos técnicos foram negligenciados em virtude das conveniências políticas.

Quando o INCRA vistoriou outra propriedade da região, a Fazenda Santa Tereza, o diretor do Parque Nacional Serra da Bodoquena, Adílio Miranda, sugeriu ao proprietário que solicitasse aos técnicos do órgão que o visitassem. Afinal, as áreas-alvo para reforma agrária estavam na zona de amortecimento do parque. Para surpresa do diretor, os técnicos do INCRA atenderam o convite. E para sua surpresa ainda maior alegaram desconhecer que as propriedades estavam junto ao parque nacional, o que evidencia a falta de transversalidade governamental ou o desprezo do INCRA por "detalhes" legais.

A atividade do INCRA na Fazenda Pitangueiras, outra propriedade da região, levantou preocupações que foram externadas pela Câmara Municipal de Bonito que, em 21 de novembro de 2003, enviou requerimento ao superintendente do INCRA em Mato Grosso do Sul, Luiz Carlos Bonelli, solicitando a exclusão do imóvel do plano de desapropriação para reforma agrária, já que a Fazenda Pitangueiras era uma atração turística de interesse do município. Mais preocupado ainda com a situação, o proprietário da referida fazenda, João Carlos de Souza Meirelles, residente em São Paulo, também enviou ao INCRA pedido de impugnação do laudo agrônômico de fiscalização, protocolado no órgão em 25 de fevereiro de 2004.

A Fazenda Pitangueiras, situada no entorno do parque nacional, desenvolvia atividades de ecoturismo e constava do roteiro turístico do município de Bonito como Parque de Ecoturismo da Bodoquena, sendo gerida por uma ONG, o Instituto Peabiru. A propriedade abriga a gruta das Pitangueiras, uma das maiores cavernas da região e o proprietário nota que na área ocorrem grandes mamíferos com antas, queixadas, cervos, lobos-guarás, onças-pintadas e outras espécies cuja sobrevivência, como visto nos assentamentos existentes, é improvável junto a uma população humana aumentada e carente de proteína. Além disso, o proprietário nota o conflito que surgirá com a fauna nativa caso sejam instaladas lavouras e pomares na área, já que é "comum na região as lavouras serem destruídas por capivaras, varas de porcos selvagens como queixada, cateto e porco monteiro, além do ataque de pássaros..".

O proprietário também registra que o laudo do INCRA omite que o "Parque Ecoturismo da Bodoquena" funciona na propriedade, e enfatiza que a área se situa na zona de amortecimento do parque nacional. Além disso, pelo fato da propriedade ter 4.083 ha, faz-se necessária a elaboração de estudo de impacto ambiental, o qual foi unilateralmente dispensado pelo INCRA.

Em quatro de março de 2004, o proprietário também oficiou o diretor do parque, Adílio Miranda, levando ao seu conhecimento o processo administrativo do INCRA e solicitando sua intervenção devido às características ambientais da propriedade.

Embora não tenha sido possível examinar o laudo técnico do INCRA, importante registrar que a Fazenda Pitangueiras apresenta muitas das características comuns às propriedades do entorno do parque, como diversas colinas calcárias revestidas de florestas entremeadas por pastagens nas áreas planas, onde são evidentes afloramentos de rocha. Não é difícil visualizar ali as limitações notadas pelo próprio INCRA na Fazenda Taboquinha. Isto é confirmado pela transcrição de parte do laudo no pedido de impugnação feito pelo proprietário: "...entendemos que somente parte das terras do imóvel servem para culturas de ciclo curto e ciclo longo.." e "...há que levantar o problema da ocorrência, não generalizada, de afloramentos rochosos, muito comuns nestas regiões..."

Em nove de junho de 2004, seguindo o disposto pela legislação, o então diretor-presidente do IMAP, Manoel Vitória, oficiou o diretor do parque solicitando manifestação quanto à emissão de licença prévia para a criação de um assentamento na Fazenda Taboquinha. Pouco depois foi feita solicitação similar referente à Fazenda Pitangueiras.

Ambas as propriedades foram vistoriadas pela equipe do IBAMA em junho-julho, e consideradas inadequadas para fins de estabelecer assentamentos da reforma agrária. Os pareceres feitos pela equipe do parque em conjunto com técnica do IMAP foram enviados para a gerência do IBAMA no MS e para a CEGEUC/IBAMA em 12 de julho de 2004, apenas três dias depois da vistoria, e mesma data em que o IMAP informou ao INCRA sobre a necessidade de manifestação do IBAMA para emissão da licença prévia.

A manifestação contrária foi justificada pela grande fragilidade ambiental das duas áreas, com cavernas, solos rasos com afloramentos rochosos e nascentes. A Fazenda Taboquinha, localizada junto ao bloco sul do parque nacional, é cortada pelo Rio Perdido, principal artéria da parte sul do parque, com enorme beleza cênica e prevista para ser uma das áreas de uso público da UC. Além de ter parte de sua área no interior do parque nacional, a propriedade foi considerada inadequada para assentamentos pela razão óbvia de que "as atividades desenvolvidas por um assentamento rural não são compatíveis com os objetivos de um parque nacional". Estes argumentos apenas reforçam a inadequação da área para um assentamento, evidenciada na parte técnica do próprio laudo do INCRA e nas missivas da câmara de Bonito e do proprietário da Fazenda Pitangueiras.

Apesar de todos os argumentos, o superintendente do INCRA não desistiu da idéia e a situação foi agravada pela instalação de um acampamento da FETAGRI junto à Fazenda Pitangueiras. Capitaneando o "movimento social" estava Augusto Brum, candidato a vereador em Bonito que acabou tendo a candidatura impugnada.

Esta movimentação foi fortemente criticada pelo chefe do parque nacional, Adílio Miranda, indignado não só pelas circunstâncias espúrias do processo de desapropriação, mas também pela irresponsabilidade dos que brincavam com vidas usando-as como massa de manobra para pretensões políticas.

Em 28 de março de 2005, o chefe do parque, oficiou a Promotoria de Justiça de Bonito, comunicando e pedindo providências a respeito das tentativas do INCRA de implantar novos assentamentos no entorno da UC. Como colocado no ofício 12/05 PNSB: "Estamos vivendo, no Parque Nacional da Serra da Bodoquena, há vários meses, momentos de grande apreensão devido a insistentes tentativas do Superintendente do Incra no MS, de instalar centenas de famílias humanas, criando assentamentos rurais no entorno desta UC, sem respeitar sua área de amortecimento (lei n. 9.985 de 18/07/2000)".

O mesmo ofício foi encaminhado à Gerência Executiva do IBAMA no MS, à Diretoria de Ecossistemas do órgão, à Promotoria de Justiça de Miranda, e ao Ministério Público Federal.

Naquela data o INCRA já havia realizado vistorias para criar novos assentamentos nas fazendas Santa Fé, Colorado, Pitangueiras, Califórnia, 19 de Março, Curvello, Taboquinha e Figueira, abrangendo os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim. Os projetos das fazendas Taboquinha e Pitangueiras já haviam dado entrada na Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA/IMAP para a obtenção de Licença Prévia.

Em 29 de março, por meio de documento assinado pelo diretor-presidente do IMAP, Cid Roner Paulino, foi indeferido o pedido de licenciamento do assentamento da Fazenda Taboquinha. O parecer utiliza o fato da fazenda estar na zona de amortecimento do parque e o posicionamento contrário do IBAMA como as razões para negar o pedido. No entanto, o parecer do IMAP sobre a Fazenda Pitangueira ainda não havia sido emitido até dezembro de 2005, pois, segundo ofício do diretor-presidente do IMAP, o processo ainda estaria aguardando parecer do IBAMA.

Em 14 de outubro de 2005, o chefe do parque também pediu ajuda ao gerente executivo do IBAMA no estado (memo 118/05 PNS/IBAMA/MS) e ao Ministério Público Federal (ofício 77/05 PNSB/IBAMA/MS) quando recebeu convite para participar de audiência pública para aquisição da Fazenda Santa Maria da Floresta, no município de Bonito, para destiná-la à reforma agrária. É óbvio o desalento quando afirma que recebeu o convite “esta semana, apesar de várias tentativas de conversar e explicar ao Sr. Superintendente do INCRA, Luiz Carlos Bonelli da ILEGALIDADE que é a tentativa de instalar aglomeramentos humanos na área de amortecimento de qualquer unidade de conservação...”. Adílio Miranda (entrevista pessoal em 22.02.2007) enfatiza que fez várias tentativas de se reunir com Luiz Bonelli, até conseguir uma reunião que “foi um monólogo” por parte do superintendente do INCRA, e outra, intermediada por um deputado federal, que também resultou em nada além do diretor do parque ser chamado de “eco-chato e biodesagradável”.

A audiência pública se deu em 18 de outubro, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bonito, bastante satisfeito com a perspectiva de ali instalar “mais de 300 famílias” (ofício 086/2005 do sindicato). Esta foi uma das 12 audiências realizadas pelo INCRA estadual na segunda metade do ano visando desapropriar 11 fazendas para assentar um total de 9,1 mil famílias. Em dezembro de 2005 o INCRA estimava que havia 123.380 sem-terra no estado, distribuídos em 154 acampamentos em 52 municípios, incluindo 6.662 famílias do MST, 12.734 da FETAGRI, 3.170 da CUT e 2.110 da FAF. (<http://correiodoestado.com.br/exibir.asp?chave=118578,1,5,15-12-2005>).

Embora tenham sido invadidas por membros do MST em 13 de dezembro de 2005, as fazendas Jangada, Jamaica e Capão Mutum (somando 5.238 ha) -- rebatizadas de New Hope pelo proprietário, a Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, ligada ao Reverendo Moon -- o presidente Luis Inácio Lula da Silva assinou decreto considerando as mesmas áreas como de interesse social para reforma agrária, o que contraria a norma legal. A imprensa também noticiava, dois dias depois, que faltava desapropriar a Fazenda Serra Alegre, em Bodoquena, para o mesmo fim.

Em 16 de dezembro de 2005, a chefia do Parque Nacional novamente oficiou a promotoria de Bonito pela mesma razão da manifestação anterior. Em um ofício (101/05 PNSB/IBAMA/MS) que transborda preocupação, o chefe do parque revisa a situação das propriedades vistoriadas pelo INCRA em relação à UC sob sua responsabilidade. Ele nota que, embora a fazenda New Hope esteja fora da zona de amortecimento do parque, ela abriga as nascentes do Rio da Prata, um dos principais atrativos turísticos de Jardim e do qual dependem centenas de famílias do município.

Segundo o diretor do parque, outra das áreas na mira do INCRA, a Fazenda Figueira, tem 4.921 de seus 12.028 ha no interior do parque. Esta propriedade foi invadida em fevereiro de 2005 por cerca de 250 famílias de sem-terra para pressionar os proprietários a venderem a área ao INCRA. Em reunião com o diretor do parque, Luiz Carlos Bonelli, do INCRA, afirmou abertamente que havia enviado as 250 famílias para aquela propriedade, e que iria enviar outras 50 (Adílio Miranda com. pess. 22.02.2007).

Por conta própria, os sem-terra já estavam ocupando áreas próximas à divisa do parque. A Fazenda Figueira tem uma caverna alagada que já é utilizada para espeleomergulho e está na programação do CECAV/IBAMA para elaboração de um plano de manejo que a consolide como atração turística.

Outras fazendas vistoriadas pelo INCRA na zona de amortecimento do parque (Curvelo, Santa Maria da Floresta, Cachoeira, Colorado, Santa Fé, Califórnia e 19 de Março) até então não haviam sido objeto de qualquer solicitação de manifestação pelo IBAMA. É interessante notar que as duas últimas localizam-se em uma estreita faixa rica em afloramentos rochosos entre o parque e a Terra Indígena Kadiweu, uma conexão fundamental para a viabilidade ecológica do parque.

Na sua manifestação, o chefe do parque nota que as fazendas Santa Maria da Floresta, Cachoeira e Pitangueiras somam quase 20.000 ha e “é impressionante imaginar a destruição gerada assentando-se aí 800 famílias”. Preocupação válida considerando-se o acontecido nos assentamentos existentes na região. O documento também afirma sobre a Fazenda Pitangueiras que “O INCRA, após dizer que área de amortecimento não existe, solicitou licença para instalação de assentamento humano, que foi negada pelo IBAMA”. E sobre a Fazenda Cachoeira “Tivemos informação esta semana que o INCRA já está negociando a sua compra, mesmo sem ter qualquer licença para fazer assentamento aí. Será que as leis não são mais respeitadas em nosso país?”.

O resultado foi a emissão de uma recomendação conjunta pela procuradora da República, Jerusa Viecili, pelo Promotor de Justiça de Jardim, Humberto Ferri, pelo Promotor de Justiça de Miranda, Nicolau Bacarji Junior, e pelo Promotor de Justiça de Bonito, Luciano Loubet, encaminhada nominalmente ao superintendente estadual do INCRA, Luis Bonelli, ao secretário estadual de meio ambiente e recursos hídricos (SEMA), José Elias Moreira, e ao presidente do Instituto do Meio Ambiente – Pantanal (IMAP, o braço executivo da SEMA), Cid Roner de Castro Paulino. A recomendação determina que: a) os procedimentos visando assentamentos rurais para reforma agrária devem passar por licenciamento ambiental perante a SEMA; b) no caso de propriedades na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (um raio de 10 km a partir de seus limites), o responsável pela unidade deve ser previamente consultado; c) que no caso de parecer favorável pelo responsável, seja exigido estudo de impacto ambiental; e d) que o INCRA se abstenha de qualquer ação ou gasto antes de obter a licença ambiental.

Em outras palavras, os promotores e a procuradora chamavam aqueles órgãos à responsabilidade e os lembravam que deveriam cumprir a lei. A recomendação terminava lembrando que “a desobediência desta recomendação poderá acarretar responsabilização do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da União Federal pelos danos ambientais causados, bem como dos agentes mencionados... além de eventual ação de improbidade administrativa”.

Enquanto isso, a procuradora da República Viviane Martinez e os promotores Luciano Loubet, Humberto Ferri e Paulo Zeni, ajuizaram, em 12 de janeiro, uma ação civil pública pelo fato de o IMAP ter autorizado o licenciamento de um assentamento na Fazenda New Hope, dispensando o estudo de impacto ambiental que, conforme pareceres anteriores de seu próprio órgão, era obrigatório. A ação requeria que o trâmite de criação do assentamento obedecesse o processo de licenciamento ambiental definido pela lei.

Em paralelo, liminar favorável foi emitida em favor dos proprietários da New Hope, paralisando o processo de desapropriação. Como resultado, a associação proprietária intensificou o uso da área para evitar novas alegações de “improdutividade” (Adílio Miranda, com. pess. em 22.02.2007).

O Promotor de Justiça de Bonito, Luciano Loubet, também oficiou o superintendente do INCRA em fevereiro de 2006, para requerer informações sobre as vistorias conduzidas pelo órgão e a situação dos processos. Em resposta datada de 29 de março, o superintendente estadual do INCRA Luiz Carlos Bonelli informa que o processo da Fazenda Santa Maria da Floresta havia sido arquivado e o da Fazenda Pitangueiras estava em fase de conclusão (apesar da negativa do IBAMA). O documento informa ainda que a Fazenda Serra Alegre foi declarada de interesse social e que aguardava orçamento para emissão de títulos para indenização dos proprietários; que as fazendas New Hope também haviam sido declaradas de interesse social, mas as indenizações estavam pendentes devido à liminar concedida pela Justiça Federal, e que a Fazenda Cachoeira (embora invadida pelos sem-terra) estava em fase final de instrução da proposta.

Em 25 de abril de 2006, o referido promotor oficiou o presidente do IMAP, requerendo informações sobre o licenciamento das fazendas Pitangueira, Serra Alegre e Cachoeira, inclusive sobre eventual consulta ao IBAMA. Este pedido continuou sem resposta até seis de outubro, quando a nova diretora-presidente do IMAP, Márcia Salles, informou que os processos das fazendas Serra Alegre e Pitangueiras haviam sido indeferidos pelo IBAMA, estando em trâmite, enquanto que nenhum processo havia sido solicitado pelo INCRA com relação à Fazenda Cachoeira.

Em quatro de maio o diretor do parque nacional informou ao promotor que havia recebido da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – que atendia ao processo de licenciamento pedido pelo INCRA - “solicitação de licença para assentamento nas Fazendas Pitangueira (que inclui também a Fazenda Santa Maria da Floresta) e Fazenda Serra Alegre... não recebemos até a presente data nenhuma solicitação de licença ambiental em relação à Fazenda Cachoeira”. A informação do diretor do parque inclui os pareceres emitidos em 23 de novembro de 2005 e sete de fevereiro de 2006, que detalham os problemas ambientais e inadequação das áreas para a agricultura, recomendando “que o INCRA não dê prosseguimento e não inicie processos de criação de assentamentos rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena”.

Em resposta à recomendação conjunta do Ministério Público, a então Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, juntamente com a Promotoria de Justiça, INCRA e IBAMA, promoveu, em 11 de agosto de 2006, uma reunião para definir os procedimentos para licenciamento ambiental de assentamentos. Esta apenas repetiu o procedimento ditado pela lei e que já deveria ser cumprido, com o órgão estadual (SEMA/IMAP) sendo responsável pelo licenciamento, mas sendo necessária consulta ao IBAMA no caso de projetos na zona de amortecimento de unidades de conservação federais. Quatro representantes do INCRA/MS e INCRA-sede assinaram a lista de presença da reunião.

Apesar da recomendação conjunta do Ministério Público e do parecer negativo para licenciar um assentamento na Fazenda Serra Alegre, o INCRA estadual deu continuidade à ação de desapropriação da mesma. Como resultado, em 25 de julho o juiz federal Fábio Marmund autorizou o depósito judicial referente à aquisição pelo INCRA. Em 21 de setembro o juiz Renato Toniasso expediu carta precatória dando posse da Serra Alegre ao INCRA.

O INCRA adotou um curso similar com relação à Fazenda Cachoeira (6.929 ha), também na zona de amortecimento do parque. Através da portaria INCRA/MS nº 22 de 6 de outubro de 2006, quase R\$ 27 milhões foram disponibilizados para indenizar os proprietários. Isto se deu embora o IBAMA, em 18 de outubro, tenha notificado administrativamente ao INCRA da necessidade de licenciamento ambiental, até então não iniciado. O fato é que, com as negativas do IBAMA quanto a assentamentos na zona de amortecimento do parque, o superintendente estadual do INCRA optou por ignorar a legislação e dar continuidade aos processos de compra e desapropriação sem parecer positivo do órgão para emissão de licença prévia.

Em paralelo, foram plantados acampamentos na Fazenda Cachoeira e na Fazenda Serra Alegre (este em 17 de setembro) para forçar a situação, em propriedade para a qual o INCRA não se deu ao trabalho de mandar pedido de licenciamento à SEMA.

A atitude do INCRA motivou nova reação do Ministério Público. Em 21 de outubro foi ajuizada uma ação civil pública em face do INCRA, na pessoa de seu superintendente Luis Bonelli, subscrita pela procuradora da República Jerusa Viecili e pelos promotores Luciano Loubet, Tiago Freire e Alexandre Raslan. A ação foi motivada pelo fato do INCRA ter iniciado os procedimentos para instalar um assentamento na Fazenda Cachoeira sem o correto licenciamento ambiental. A ação teve sucesso e a compra da Fazenda Cachoeira foi interrompida por decisão judicial em nove de novembro. Procedimento similar do Ministério Público para a Fazenda Serra Alegre também teve sucesso, revertendo a desapropriação da mesma e a imissão de posse que havia sido determinada.

A ação dos promotores deu margem a represálias do próprio governo estadual. O então governador Zeca do PT ordenou, em fevereiro de 2006, que uma equipe da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul fosse a Bonito e realizasse uma fiscalização na chácara do promotor Luciano Loubet. Um técnico do IBAMA, Miguel Braga Bonilha, que acompanhou a diligência, recusou-se a assinar o auto de infração porque não viu irregularidades, mas a ordem dada pelo governador foi cumprida pelos fiscais estaduais. Posteriormente, o auto de infração foi revogado, após a repercussão nacional da ilegalidade do ato (Corrêa 2006c).

Nesse contexto, persistia a pressão sobre as propriedades, e o não prosseguimento dos assentamentos foi enfrentado pelos “movimentos sociais” com manifestações feitas em frente à sede do parque em Bonito. O INCRA acirrou os ânimos com a informação de que “os assentamentos não saiam porque o IBAMA não deixava”. Estas crises foram administradas pela chefia da unidade de conservação graças à boa relação pessoal cultivada com vários dos

acampados da Fazenda Cachoeira, e pelo fato de os processos da maioria das propriedades nunca terem sido enviados para apreciação do IBAMA.

As manifestações provocaram a demanda por uma reunião, em 13 de dezembro de 2006, de representantes do IBAMA, INCRA e Ministério Público, da qual participaram os sindicatos rurais, prefeitos, vereadores, advogados de proprietários e lideranças dos acampamentos dos sem-terra de Bodoquena, Bonito, Jardim, Guia Lopes e Miranda. O objetivo da reunião era esclarecer as razões pelas quais havia “entraves na realização de assentamentos no entorno do Parque Nacional”. Adílio Mirando descreve esta reunião como uma “catástrofe”, “o INCRA dizendo ser bonzinho, mas o IBAMA atrapalha”. A reunião esclareceu os procedimentos legais que deveriam ter sido seguidos pelo INCRA. Também informou que liminar contra os assentamentos na Fazenda New Hope havia sido concedida, de modo que o órgão tinha ciência de suas obrigações, bem como que outra liminar havia suspenso a imissão de posse da Fazenda Serra Alegre (pelas mesmas razões), e que o mesmo havia acontecido com a compra da Fazenda Cachoeira.

A ata da reunião afirma que “o IBAMA e o Ministério Público, por meio de seus representantes signatários, esclarecem que, sem cumprir a Lei Ambiental, dificilmente será (sic) implantados assentamentos rurais”. E que “nem o IBAMA ou o Ministério Público... são contra assentamentos, mas apenas pretendem que seja cumprida a lei e protegido o meio ambiente..”. E que “o IBAMA já possui cadastro de propriedades... que não possuem grandes entraves ambientais e que seus proprietários têm disponibilidade de venda ao INCRA”.

A posição de apaziguamento dos representantes do IBAMA permitiu uma nova reunião em nove de fevereiro de 2007, desta vez com caráter menos circense. A advogada da FETAGRI que participou da reunião, Sra. Marisa, passou todo o tempo alegando que o IBAMA não havia emitido os pareceres, e foi apenas com esforço que foi levada a compreender que estes não poderiam ser emitidos se, de início, o INCRA nunca havia solicitado o licenciamento ambiental das áreas ao órgão ambiental estadual, que apenas diante de solicitação consulta o IBAMA. Nova reunião foi marcada na semana seguinte para tratar do assunto.

No dia 12 de fevereiro a advogada da FETAGRI telefonou ao diretor do parque comunicando que gostaria de fazer uma doação pessoal ao mesmo, mas o diretor manifestou sua negativa, enfatizando a impossibilidade e a ilegalidade do ato (Adílio Miranda, com. pess. 22.02.2007).

Outra reunião foi realizada com a SEMA no dia 15 de fevereiro, com a participação do secretário adjunto, Marcio Monteiro. Com o governo estadual sob nova administração e com postura distinta do governo anterior, foi comunicado que a posição do secretário estadual do meio ambiente era contrária aos assentamentos no entorno do parque nacional. Esta informação esfriou os ânimos da FETAGRI que, a despeito disso, organizou nova ocupação da Fazenda Figueira, cujo proprietário já obteve nova liminar de reintegração de posse.

O interesse do INCRA em novos assentamentos, associado à pressão de políticos e à própria retaliação do então governador contra o promotor de Bonito, nos faz refletir sobre as reais motivações de uma postura tão pró-ativa (Corrêa 2006c). Um indicador é que em fevereiro de 2006 o Ministério Público Estadual iniciou investigações sobre evidências de que o INCRA tentou adquirir propriedades na região do entorno do PARNA por valores superfaturados. Um inquérito foi instaurado para investigar a compra da Fazenda Santa Maria da Floresta (5.000 ha) por R\$ 18,7 milhões, quando seu valor de mercado é de R\$ 12,7 milhões. Esta é a propriedade que, segundo Luiz Bonelli afirmou em março de 2006, teve seu processo arquivado.

Curiosamente, a pauta fiscal do município atribui o valor de R\$ 1.326,00 a cada ha, enquanto na tabela de avaliação do INCRA constava R\$ 3.634,00. A juíza Luciane Mello, da comarca de Bonito, percebeu a disparidade de valores durante um leilão e acionou o MPE, que descobriu fortes indícios de superfaturamento (<http://www.campograndenews.com.br/view.htm?id=323980>, Corrêa 2006b).

É de conhecimento geral em Bonito (e no resto do Brasil) que oferecer propriedades para o INCRA é uma opção para fazendeiros em dificuldades econômicas, a adequação das áreas para minifúndios dedicados à lavoura sendo de menor importância no processo de aquisição das áreas. Isto é evidente nos laudos técnicos das propriedades.

Nesta equação se soma o interesse de políticos locais em se promoverem através da distribuição de lotes em assentamentos, algo usual no Brasil. Com as denúncias de corrupção,

o INCRA passou a adotar uma postura mais discreta. Contudo, como governo e “movimentos sociais” muitas vezes se confundem nos dias atuais, a FETAGRI passou a encabeçar a pressão pela realização dos assentamentos, tanto invadindo propriedades e intimidando proprietários como usando abordagens heterodoxas com servidores públicos.

3.3 Parque Nacional Serra da Capivara

Em 1978, pesquisadores da então Missão Franco-Brasileira no Sudeste do Piauí, que desde 1973 realizava estudos arqueológicos na região, encaminharam ao governo estadual a proposta de que o mesmo solicitasse a criação de um parque nacional abrangendo a porção da Serra de Bom Jesus do Gurguéia conhecida como Serra da Capivara e que continuasse para oeste abrangendo a região do Boqueirão Grande e da Serra das Confusões.

Esta grande área, caracterizada por chapadas de arenito cortadas por vales estreitos, havia se mostrado extremamente rica em sítios arqueológicos e os limites propostos abrangeriam uma unidade ecológica com um gradiente entre o Cerrado e a Caatinga. Uma preocupação, já neste momento, era assegurar a viabilidade do fluxo de animais neste gradiente. Os levantamentos em cartório haviam mostrado que as terras da região eram devolutas e a ocupação humana dispersa e rarefeita, estimando-se que ali viviam apenas 500 pessoas em condições precárias e que poderiam se beneficiar de uma relocação criteriosa.

Este projeto foi alterado e o Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado em 05.06.1979, abrangendo cerca de 130 mil ha, que incluem três “áreas de preservação permanente” criadas posteriormente. Apenas em 1998 foi criado o Parque Nacional da Serra das Confusões, com 502.411 ha, situado cerca de 50 km a oeste e que atinge o limite da transição Cerrado-Caatinga. A faixa entre os parques, dominada pelo vale do Boqueirão Grande, é cortada pela rodovia PI 140, que liga o centro regional de São Raimundo Nonato a Teresina.

Considerada uma área prioritária para a conservação da biodiversidade pelo PROBIO/MMA, a conexão entre Serra da Capivara e Serra das Confusões voltou à baila em 2005, com a criação de um “corredor ecológico” através de portaria do MMA. Esta ação foi estimulada pela proposta de criação de uma Reserva da Biosfera na Caatinga, e se deu quando a polêmica da implantação de assentamentos da reforma agrária ali estava no seu auge. Deve também ser lembrado que a Caatinga tanto é um dos biomas mais alterados pela ação humana como o aquele com menor representação no sistema brasileiro de UCs, com menos de 0,5% de sua área estando sob proteção.

A região onde se insere a Serra da Capivara foi colonizada por pecuaristas oriundos do litoral e do vale do São Francisco a partir da segunda metade do século XVII, e um século depois existiam ali mais de 50 fazendas de gado do desbravador Domingos Afonso Mafrense. A partir de 1820, sob comando do coronel José Dias Soares (que dá nome a um dos municípios abrangidos pelo parque) se dá a derrocada final dos grupos indígenas Pimenteiras e é consolidada a ocupação pelos pecuaristas. O centro regional de São Raimundo Nonato data da década de 1830, ganhando importância a partir de 1850.

O gado criado na região era enviado para o Ceará, Bahia e Pernambuco, juntamente com outros produtos derivados da atividade. O isolamento manteve a região ocupada por uma sociedade rústica de fazendeiros até a década de 1890, quando a exploração da borracha de maniçoba tornou-se atraente, gerando um novo setor econômico que persistiu até as primeiras décadas do século XX e permitiu aos antigos fazendeiros tornarem-se comerciantes.

O ciclo da maniçoba, como o da borracha na Amazônia, teve vida curta, mas como aquele também gerou conflitos entre habitantes locais e os “aventureiros” que chegavam à região. O declínio da atividade levou ao retorno à pecuária além da agricultura e atividades extrativistas, como a fabricação de cal, extração de madeira, a caça e o comércio de peles de animais silvestres (ativo ainda nas décadas de 1960-70). Estas atividades se dão no contexto de uma grande concentração fundiária, com aproximadamente 10% das propriedades respondendo por aproximadamente 70% da área total.

A região imediata ao parque se caracteriza por pobres indicadores sociais, com mais de 60% da população tendo renda de até um salário mínimo. Uma parte reduzida da população rural é proprietária das terras, a maioria trabalhando como meeira ou utilizando as muitas terras

devolutas. As terras que hoje constituem o parque eram, na maioria, propriedade do Estado e foram, com frequência, utilizadas por posseiros.

A maioria da população sobrevive do trabalho agrícola, cuja produtividade é seriamente limitada pelas condições climáticas. Isto faz com que parcela significativa da população migre em busca de emprego em outras regiões do país. É significativo que transferências de renda pelo governo, como aposentadorias rurais e o bolsa-família sejam ingressos importantes na economia local, o mesmo sendo verdadeiro para o funcionalismo público. Na década de 1980, algumas grandes propriedades implantaram projetos de pecuária e plantios comerciais de caju com financiamento da SUDENE e outras agências governamentais, especialmente na faixa entre a Serra da Capivara e a Serra das Confusões, ao longo da rodovia PI 140.

Mais recentemente, a existência do parque nacional deu início a um processo de estímulo a outras atividades ligadas ao turismo e ao setor de serviços. A região é considerada pelo Plano Diretor do Turismo Arqueológico e Plano Diretor do Turismo no Piauí – ambos financiados pelo PRODETUR/EMBRATUR – como apta para a implantação de um dos principais pólos turísticos nacionais, devido à existência dos dois parques nacionais e à maior concentração de sítios arqueológicos do país. A atividade do turismo já vem sendo implantada no contexto do pólo, com a construção (intermitente) de um aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, diversos hotéis, pousadas e restaurantes que incrementam a atividade econômica na região.

Serra da Capivara, e as pesquisas ali feitas, também foram incentivo para o estabelecimento, nos últimos anos, dos *campi* universitários da Universidade Estadual do Piauí e da Universidade do Vale do São Francisco, ações que no futuro deverão transformar o perfil educacional de uma região caracterizada por altas taxas de analfabetismo.

Enquanto os sítios arqueológicos motivaram as primeiras pesquisas na região, a biodiversidade da Serra da Capivara tem sido objeto de estudos sistemáticos desde a década de 1980, sendo uma das áreas na Caatinga com maior esforço de amostragem.

O clima é o grande determinante da biota e da economia local. Em São Raimundo Nonato a precipitação média é de 690 mm, com evapotranspiração anual de 2.095 mm, mostrando um enorme déficit hídrico. As chuvas, em geral, caem de novembro a abril, 70% entre dezembro e março. A temperatura máxima média anual é de 38°C, a mínima de 25°C, com média geral de 31,5°C.

A vegetação dominante do parque – e de toda a região – é a Caatinga em diferentes fisionomias, notadamente com feições arbóreo-arbustivas, mas também com áreas de caatinga arbórea de caráter florestal. Os vales estreitos que cortam os maciços areníticos que formam a Serra abrigam enclaves de floresta semidecídua bastante particulares, com espécies mais típicas das matas secas e cerrados encontrados mais a oeste, algumas poucas de origem amazônica e alguns endemismos. A flora soma 610 espécies, com 32 endêmicas do bioma, algumas de distribuição bastante local (Emperaire 1989, Lemos 2004).

Embora o esforço de amostragem tenha sido desigual entre os grupos, a fauna inventariada até o momento na Serra da Capivara soma 61 espécies de mamíferos, 224 de aves, 17 de serpentes, 19 de lagartos e 17 de anfíbios (FUMDHAM 1998, Chame 2000, D'Andrea *et al.* 2002, F. Olmos dados inéditos). Os mamíferos talvez sejam o grupo melhor conhecido e a lista local inclui endemismos da Caatinga com distribuição restrita, como o morcego *Xeronycteris vieirai*, gênero endêmico apenas recentemente descrito, e a cotia *Dasyprocta nigriclunis*.

É notável também a ocorrência de populações significativas de espécies ameaçadas, como tatu-bola *Tolypeutes tricinctus*, tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, jaguatirica *Leopardus pardalis mitis* e suçuarana *Puma concolor greeni*. Dados preliminares indicam que, em toda a Caatinga, as populações de onças-pintadas *Panthera onca* do conjunto Capivara-Confusões são as únicas com um número suficiente de indivíduos que permite viabilidade genética (FCOP 2007). É interessante que a região abriga algumas das poucas populações, na Caatinga, de espécies que parecem remanescentes de períodos climáticos mais chuvosos ou chegam ali a partir dos Cerrados mais a oeste, como o guariba *Alouatta caraya* e a paca *Agouti paca*.

A avifauna inclui boa parte dos endemismos da Caatinga, com populações importantes de várias espécies que têm sido consideradas de interesse para conservação, como o arapaçu *Xiphocolaptes falcirostris*, o bico-virado *Megaxenops parnaguae*, o jacu *Penelope jacucaca*, as chocas *Hyllopezus ochroleucus* e *Sakesphorus cristatus* e o pintassilgo *Carduelis yarrellii*

(Olmos 1992). Capivara, juntamente com Confusões, também abriga as últimas araras-vermelhas *Ara chloroptera* do bioma. A concentração de espécies ameaçadas e endêmicas faz com que os parques sejam considerados globalmente importantes para a conservação das aves, grupo utilizado como um indicador geral de biodiversidade (Bencke *et al.* 2006).

Os levantamentos da herpetofauna não foram exaustivos, embora apontem a presença de pelo menos um endemismo local (o lagarto *Tapinurus helenae*) e se saiba que há novas espécies aguardando descrição. É também possível que seja constatada a ocorrência de espécies recentemente descritas da Serra das Confusões, como a tartaruga *Mesochlemmys perplexa* e os lagartos *Stenocercus squarrosus* e *Calyptommatus confusionibus*.

Devido às próprias características da Caatinga, submetida a intensa sazonalidade, com secas intensas e imprevisíveis, à completa falta de cursos d'água perenes e limitação generalizada de recursos hídricos, a Serra da Capivara não tem tamanho suficiente para abrigar populações viáveis de muitos dos mamíferos e, possivelmente, aves de maior porte, ou de comportar deslocamentos sazonais provocados pelas secas catastróficas que ocorrem periodicamente. Durante estas os animais provavelmente se deslocavam para o vale do Rio Piauí, hoje totalmente ocupado por populações humanas. Estas circunstâncias fazem com que, para assegurar a manutenção daquelas populações, seja necessário manter conexões com outras áreas naturais, como Serra das Confusões, permitindo o deslocamento da fauna, bem como adotar um manejo criterioso das fontes de água.

Os pesquisadores associados à Missão Franco-Brasileira criaram, em 1986, a Fundação Museu do Homem Americano com o objetivo de promover a pesquisa científica e a conservação da região do Parque Nacional da Serra da Capivara. Em 1994 foi assinado o convênio de co-gestão entre a FUMDHAM e o IBAMA visando a co-gestão do parque. Esta permanece como uma das poucas experiências do tipo no Brasil, e foi o que viabilizou a implantação de uma infra-estrutura de visitação, manejo e fiscalização. A FUMDHAM também adquiriu terras no entorno do parque que incluem remanescentes naturais e sítios arqueológicos considerados importantes (como o Boqueirão da Pedra Furada) que não haviam sido incluídos nos seus limites.

O parque conta com um plano de manejo publicado em 1991 (IBAMA/FUMDHAM 1991), que está no início de seu processo de revisão. Em 1994, sob auspícios do IBAMA, também foi finalizado um plano de ação emergencial. As atividades previstas no plano de manejo que visavam à implantação do parque, da sua estrutura de visitação e o manejo de recursos hídricos foram, em sua maioria, implementadas. O plano de ação emergencial indicava duas áreas para inclusão no parque, identificadas com base na presença de espécies ameaçadas ou singularidade ecológica. Uma destas situa-se entre a rodovia PI 140 e o limite oeste do parque, mas ao invés da finalidade indicada acabou sendo destinada a projetos de assentamento (veja adiante).

Com mais de 1.000 sítios arqueológicos cadastrados no parque, a FUMDHAM também captou recursos junto a instituições como BID e Petrobrás para implantar roteiros de visitação ao longo de sítios de pinturas rupestres especialmente preparados, com trilhas e passarelas. A infra-estrutura existente torna o parque uma das melhores UCs na América Latina e uma referência nacional.

A FUMDHAM também procurou investir na qualificação da população local e em ações sociais, já que vê o fomento de alternativas econômicas e a educação como saídas para diminuir a pressão exercida sobre o parque nacional. Desta forma foram feitos investimentos na promoção da apicultura, que regionalmente substituiu a atividade extrativista tradicional de baixo retorno e consolidou uma das atividades agrícolas mais importantes da região, no turismo, com a capacitação de guias e fomento de receptivos, e artesanato, como a cerâmica com temática baseada na arte rupestre, hoje vendida no restante do Brasil e no exterior.

Uma das experiências realizadas foi o estabelecimento de Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs) entre 1992 e 2000. Os NACs incluíam escolas, creches e postos de saúde, visando oferecer ensino diferenciado para a realidade local em tempo integral e cursos profissionalizantes, além de melhores condições de saúde e nutrição para as crianças do entorno de cinco comunidades estratégicas vizinhas ao parque. O projeto teve um sucesso inicial notável, mas, com o fim dos recursos obtidos no exterior que viabilizaram sua implantação, o Governo Federal exigiu a assinatura de convênios com os municípios para viabilizar a transferência de recursos, bem como o funcionamento dentro do sistema nacional

de ensino. Esta municipalização dos NACs resultou, em 2001, nas aulas passando para apenas duas horas diárias, e a merenda sendo oferecida em quatro dias do mês, o que essencialmente destruiu a iniciativa. Um tema recorrente na história de Serra da Capivara é o de uma fundação que surgiu para promover a pesquisa e a conservação ter, em muitos momentos, assumido um papel que cabia antes ao Estado, tradicionalmente inepto, e arcando com o preço disto.

A fiscalização do parque depende de um sistema de 18 guaritas e 10 bases de apoio e de equipes móveis. As guaritas e bases, ligadas por rádio, são guarnecidas por funcionários da FUMDHAM e agentes do IBAMA, que trabalham em turnos que garantem sua ocupação permanente. A fiscalização volante é feita por um corpo de 34 funcionários terceirizados pelo IBAMA que trabalham em equipes. O sistema de proteção do parque foi considerado modelar, e sua eficiência é demonstrada pela baixa ocorrência de irregularidades no interior do parque e pelas populações animais nitidamente maiores em relação ao observado no início da década de 1990, fato corroborado por monitoramento (Chame 2000).

A caça, sempre um problema sério na região, antes era desenvolvida por grupos que acampavam no interior do parque e também depredavam sítios arqueológicos, mas com a implantação da fiscalização os caçadores hoje se limitam a surtidas que permitam seu retorno na mesma noite, minimizando seus riscos. É interessante notar que a caça é exercida para abastecer um mercado urbano que considera comer tatus e outros animais tanto um ato de identidade cultural como de afirmação contra a autoridade governamental. Os tatus são o alvo preferencial, cada um sendo vendido por R\$ 25-30, valores que são muito interessantes no contexto da economia regional. Como colocado por um guarda-parque: “Pobre não come tatu, só os miúdos. Vai para o mato, pega uns quatro tatus e na volta tenta pegar qualquer outro animal. O tatu é vendido para quem é mais abastado”.

A análise de 112 autos de infração por Miranda & Alencar (no prelo) mostra que 64% dos caçadores reside nas sedes municipais, os restantes nas comunidades rurais do entorno do parque. De 155 caçadores presos, 54% se declararam lavradores, 19% não têm ocupação definida e os restantes incluem funcionários públicos, estudantes e donas de casa.

Segundo as informações presentes nos relatórios da equipe de fiscalização do Parque, desde 1998, houve uma mudança quanto à composição das unidades de caçadores, na qual predominava o uso de acampamentos com vários indivíduos que permaneciam durante um considerável tempo no local escolhido para a caçada (como observado no Parque Nacional da Serra das Confusões por Zaher *et al.* 2001). Os dados obtidos demonstraram que predominaram as unidades compostas por um ou dois caçadores (em 61 das 112 ocorrências) e que estes caçadores permaneceram durante pouco tempo no local escolhido para a caçada.

Um problema enfrentado pela fiscalização é o fato da “lei ambiental” de 1998 ter abrandado a pena contra a caça, que na prática só era desencorajada pelo fato da legislação anterior considerá-la inafiançável. Esta mudança é contrabalançada pela autuação dos caçadores por porte de arma sem registro (boa parte utiliza armas feitas artesanalmente), o que, graças ao apoio de delegados e juizes, ainda permite a prisão dos infratores por algum tempo e gera o efeito de dissuasão que é o objetivo da lei. No entanto, propostas de abrandamento da lei referente ao porte de armas ameaçam a continuidade desta prática.

Tanto as mudanças observadas na composição da unidade de caçadores, como no tempo de permanência no local de caça e nas técnicas utilizadas parecem ter sido em decorrência da intensificação dos trabalhos de fiscalização e de educação ambiental. Esta idéia é corroborada por Zaher *et al.* (2001), que relatam que a grande pressão de caça observada no Parque Nacional da Serra das Confusões, em especial nas áreas mais próximas ao Parque da Serra da Capivara, deve-se, principalmente, à presença de caçadores que antes agiam naquela área (Miranda & Alencar, no prelo).

Além do incentivo econômico, a repressão à caça é dificultada pela cultura local, que não vê problemas quanto à atividade (veja abaixo), pelo acesso fácil a armas confeccionadas artesanalmente em oficinas locais, e pelo fato da aplicação das leis ser dependente das relações pessoais dos infratores. É interessante notar que o comércio local de caça é feito por um esquema que funciona de forma mais acobertada e de difícil localização que o comércio local de drogas, de muito mais fácil acesso.

O processo de demarcação e regularização fundiária do parque foi iniciado apenas em 1986 (IBAMA 1994) sendo até hoje apenas parcialmente resolvido, embora a grande maioria dos ocupantes tenha deixado a área. Um total de 56 famílias aguarda indenização, enquanto cerca de 15 famílias de ocupantes ainda utilizam propriedades no parque, embora a maioria não resida nas mesmas. Um dos grandes problemas do processo, que se repete em outras UCs brasileiras, é o fato da maior parte dos ocupantes ser de posseiros sem títulos de propriedade, o que resulta em indenizações de baixo valor que desestimulam a saída de famílias que, por valores pouco maiores ou acesso a terras, sairiam de bom grado da área.

Mais recentemente, o processo de regularização foi conturbado pelo fato do IBAMA ter disponibilizado a verba em dezembro de 1999 para que fosse gasta até o final do mesmo ano. A solução foi a obtenção de uma liminar pelo IBAMA do Piauí, que permitiu que os recursos ficassem disponíveis em uma conta que rendesse juros enquanto o processo de regularização ocorre, evitando a devolução da verba. Os depósitos são feitos em juízo e o processo de indenização é acompanhado por um juiz para evitar fraudes por advogados “representantes” dos indenizados (um problema que ocorreu no início), buscando-se acordo especialmente com os posseiros, já que os proprietários nem residem na área nem possuem benfeitorias (Eugênia Medeiros, IBAMA/PI, entrevista em 10.04.2007).

Um dos resultados mais notáveis do processo de regularização foi a indenização e saída, em 1986-87, dos moradores do povoado do Zabelê, situado no coração do parque em um sítio, como a maior parte da região, sem fontes perenes de água. Estabelecido em 1902, em 1986 viviam no Zabelê 54 famílias (424 pessoas), que dependiam da agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e da caça. Um poço de 800 m cavado no local nunca produziu água. Isto tornava os habitantes bastante vulneráveis às secas, quando migravam para outras sítios na região ou, mais recentemente, estados como o Pará e São Paulo.

No passado, parte dos moradores do Zabelê deixava o local, mudando-se para a região conhecida como Serra Branca (hoje parte do parque nacional) no período da seca. Ali eles viviam em “tocas” (abrigos sob rocha) e tinham acesso a água de fontes permanentes. Neste período viviam da caça e da exploração da resina do trapucá (um jatobá – *Hymenaea* – utilizado para fazer botões de camisas e tampar buracos de panela e bacias), Com as chuvas eles voltavam ao Zabelê e iniciavam a exploração da maniçoba, o plantio e a caca. Fotos das décadas de 1960-70 ainda mostram famílias residindo em abrigos rochosos na Serra Branca.

As posses e benfeitorias dos habitantes do Zabelê foram avaliadas, e com as indenizações os habitantes mudaram-se para São Raimundo Nonato em 1987-88. A proposta original, apoiada pela FUMDHAM, era a de que, além das indenizações, eles seriam reassentados em terras a serem cedidas pelo Governo do Estado, mas isto não se concretizou. Ao mesmo tempo, o governo do Piauí cedeu dezenas de milhares de hectares de terras para grandes projetos de criação de gado (Fazenda Guzerá) e plantio de caju (Irmãos Fontenelle S/A), que desmataram enormes áreas ao longo da rodovia PI 140, entre a Serra da Capivara e o que é hoje o Parque Nacional Serra das Confusões, com recursos da SUDENE. Após o fim desta, a Fazenda Guzerá (incluindo o gado) foi abandonada, e a Irmãos Fontenelle, que chegou a empregar milhares de pessoas, reduziu dramaticamente suas atividades.

A mudança para a cidade foi problemática para algumas famílias, bem como o dinheiro recebido -- uma quantia maior do que já haviam tido em mãos -- levando alguns homens a abandonar as famílias e outros a utilizar os recursos para estabelecer novos negócios e conseguir progredir. Como ocorre em situações deste tipo, também houve incidentes em que pessoas que estavam vivendo fora da comunidade foram prejudicadas pelos vizinhos, que afirmaram que roças e benfeitorias eram suas e receberam pelas mesmas -- e por advogados que “intermediariam” o recebimento dos recursos. Adicionalmente, um dos muitos planos econômicos prejudicou gravemente os que tinham o dinheiro de suas indenizações em cadernetas de poupança e dependiam dos juros. É certo que o processo poderia ter sido melhor conduzido, o que geraria menores animosidades.

O fato é que um núcleo de ex-moradores do parque se estabeleceu na cidade vivendo sob uma situação aquém da que esperavam, e tanto o parque como a FUMDHAM passaram ser culpados por isso, com conseqüências importantes para a política de conservação do parque.

3.3.1 - O Corredor Ecológico Capivara-Confusões e os Assentamentos

A situação dos ex-moradores do Zabelê mudou com a intermediação de políticos locais, que negociaram a compra da Fazenda Lagoa os Padres pelo INCRA. Situada junto à rodovia PI 140, próxima à área urbana de São Raimundo Nonato, a propriedade se situa na fronteira sudoeste do Parque Nacional Serra da Capivara.

O proprietário da fazenda desejava vendê-la para o INCRA e, segundo os assentados, orientou os então sem-terra a formarem um acampamento ao longo da estrada e depois a se instalarem, porque os títulos de posse seriam obtidos depois. O proprietário também teria orientado que a sede da fazenda (a 3 km da agrovila atual) fosse ocupada e que cada família ocupasse um hectare de terras que já tivessem sido desmatadas. O acerto com o INCRA aconteceu depois disso, surgindo o assentamento Novo Zabelê e, em 1997, cada família foi autorizada a ocupar mais dois hectares da área.

A Fazenda Lagoa os Padres ocuparia uma área de 6.800 ha, mas a medição para demarcação do assentamento totalizou 5.800 ha. O plano do INCRA era assentar 256 famílias em lotes com cerca de 22 ha, dos quais 18 aptos ao plantio. No entanto, a demanda foi menor e o assentamento soma hoje 171 famílias, com estimados 30% oriundos de outros locais que não o Zabelê. Esta origem variada faz com que os assentados se queixem da falta de confiança e medo em relação aos vizinhos, e de conflitos internos.

A produção do assentamento é vendida na cidade, e com o programa de fomento a associação dos assentados comprou um caminhão e um trator com maquinários agrícolas. Um programa da Cáritas tem treinado mulheres assentadas a produzir produtos com maior valor agregado, como doces e geléias. Em 2002, foi construída a agrovila junto à PI 140, o que causou conflitos, pois os assentados queriam as casas construídas dentro de seus lotes de terra. Um problema alegado pelos assentados é que os lotes de cada família não foram definidos e “cada um planta onde quer”.

No entanto, o diretor do parque nacional, Ítalo Carvalho, informa que o IBAMA e o INCRA já realizaram o trabalho de identificação dos lotes, mas os assentados não conseguem chegar a um acordo entre si. Isto é agravado pela divisão da associação dos assentados em facções.

Apesar das dificuldades, os assentados reconhecem que a disponibilidade de água, eletricidade, transporte e saúde (um médico visita o assentamento duas vezes por semana) melhorou em muito sua qualidade de vida em relação às condições precárias do Zabelê.

Um problema do Novo Zabelê é sua localização junto ao parque nacional. Todos os anos a tradicional técnica agrícola de corte e queima utilizada pelos assentados resulta em incêndios que às vezes atingem a parte sudoeste do parque. Estes são enfrentados pelo IBAMA sem que os assentados demonstrem o menor interesse em colaborar. O diretor do parque, Ítalo Carvalho (entrevista em 10/abr/2007) fala, com evidente indignação, que enquanto sua equipe combatia um incêndio de 20 ha que consumiu parte da área limítrofe entre o parque e o assentamento, a diretoria da associação de moradores continuava jogando futebol nas proximidades.

A proximidade, somada à tradição cultural, também faz com que alguns assentados do Novo Zabelê estejam entre os principais adeptos da atividade de caça no interior do parque nacional. Pessoas sem perfil de agricultor arrecadam mais com a caça comercial do que plantando, e este é um estímulo para a atividade. O diretor do parque nacional já solicitou oficialmente ao INCRA que assentados atuados como caçadores tivessem seus benefícios cancelados, mas o INCRA até hoje não se manifestou.

Outro problema que causa grande conflito com os assentados do Novo Zabelê é o desmatamento para venda de madeira e carvão. Isto também gera conflitos internos, como o corte de umbuzeiros que fornecem a matéria-prima para confecção de doces por assentados que se dedicam à produção de carvão.

Como se o Novo Zabelê não fosse problema suficiente, em 2004 o governo estadual fez uma proposta ao Ministério do Desenvolvimento Agrário de doar 617.000 ha pertencentes ao patrimônio imobiliário estadual, em parte arrecadadas de proprietários que tinham dívidas com o Estado. As áreas seriam repassadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sendo que nas áreas ocupadas por trabalhadores rurais, o mesmo faria uma ação de regularização fundiária. Aquelas sem ocupantes, porém com viabilidade sócio-econômica e ambiental, seriam destinadas a assentamentos. Dentro das áreas ofertadas, duas se localizam entre os parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, uma delas denominada

“Serra Branca/Serra Vermelha” (dividida em Gleba I e II), com área total registrada de 75.447,0540 ha, limitando na sua parte leste com o Parque Nacional da Serra da Capivara.

A superintendência Regional do INCRA no Piauí, por meio de parceria envolvendo IBAMA, IPHAN, Interpi, Emater, Delegacia do Ministério do Trabalho no Piauí e Comissão Pastoral da Terra, montou uma operação denominada “São Raimundo Nonato”, cujo objetivo foi a realização de um estudo de viabilidade sócio-econômico e ambiental no referido imóvel rural. Esta “operação” gerou o “Estudo de viabilidade sócio-econômica e ambiental, área Serra Branca / Serra Vermelha – Gleba I. Municípios: São Raimundo Nonato e Brejo do Piauí”, consolidado por Carlos Alberto de Amorim (IBAMA), José Onofre da Silva (INCRA) e Tânia Dias Almeida (INCRA).

O estudo, disponibilizado em agosto de 2004, ressalta a importância da área que interliga os dois Parques e cita o projeto que existe junto à UNESCO para sua transformação em Reserva da Biosfera da Caatinga. Registra também que 90% da vegetação nativa da Gleba I e 98,63% da Gleba II estão preservados, com atividades humanas reduzidas a pequenas áreas, contrastando com as grandes áreas vizinhas já desmatadas para abertura de pastagens e plantios de caju. O estudo ainda indica que os recursos hídricos são quase inexistentes, o abastecimento dependendo de poços artesianos profundos e da chuva.

Curiosamente, o estudo também dedica atenção aos conflitos entre os ocupantes das glebas e as ações de fiscalização do IBAMA. Identifica como causas dos desentendimentos as dificuldades para obtenção de autorização para desmatamento, o uso do fogo, a caça predatória e o extrativismo do mel com a destruição das colméias. Não menciona conflitos agrários, mas sim atos que infringem a legislação ambiental.

O estudo (Amorim *et al.* 2004) demonstra as limitações ambientais da área. Nesse sentido, embora a maior parte seja constituída por terrenos planos, a fertilidade é baixa em 100% da área. Sobre a Gleba I, o estudo afirma: “78% da gleba – terras com limitação climática moderada a severa, não sendo possíveis colheitas em anos muito secos; 16,9% - terras adaptadas para pastagens ou reflorestamento, impróprias para culturas anuais, porém cultiváveis apenas em casos especiais, com espécies permanentes, protetoras do solo; 4,48% - solos rasos, pedregosos com rochas expostas.” Na Gleba II, a “limitação climática moderada a severa” afeta 98% da área.

“Os recursos hídricos superficiais [em ambas as glebas] são bastante limitantes, os cursos d’água são poucos e funcionam apenas como drenos para o escoamento de água no período chuvoso. A gleba está localizada em área da bacia sedimentar apresentando condições para águas pouco profundas... Constatamos poços tubulares... que na profundidade de 800 m apresentam vazões em torno de 75 m³/h.”

Certamente não é um ambiente promissor para a agricultura, mas por alguma razão o estudo a considera viável. Esta conclusão se baseia na possibilidade dos assentados implantarem cultivos comerciais

O estudo identifica um total de 1.113 famílias, sendo que na Gleba I foi constatada a presença de 689, dos quais 587 apresentam perfil para beneficiários do programa de reforma agrária, e na Gleba II 424 ocupantes, dos quais 403 apresentam perfil. O estudo estabelece um tamanho de lote de 24,76 ha para a Gleba I e 57,28 ha para a Gleba II em, excluindo as áreas de reserva legal, preservação permanente, ocupantes sem perfil e outras ocupações, o que permitiria a ocupação de 70% das glebas, ou cerca de 53 mil ha.

Na definição do perfil dos beneficiários do programa de reforma agrária, o estudo considera como candidato a beneficiário do programa o indivíduo que:

- não seja funcionário público, ou seu cônjuge;
- a renda familiar de atividade não agrícola não ultrapasse três salários mínimos;
- não seja comerciante ou industrial (marido/esposa);
- jamais tenha sido beneficiário do programa de reforma agrária;
- não seja proprietário de imóvel rural com área superior ao módulo rural;
- não seja portador de deficiência física ou mental;
- não seja aposentado, e
- não possua antecedentes criminais.

Estes critérios seriam um padrão do INCRA. No entanto, como depois restou evidente, os responsáveis pelo estudo foram tão flexíveis quanto à sua adoção, quanto foram otimistas sobre a adequação das áreas para a agricultura. O estudo faz uma avaliação da viabilidade econômica dos assentados, estimando que, em um hectare, seria possível obter uma receita mensal de R\$ 497,65 com o plantio de mandioca, R\$ 81,65 com castanhas de caju e R\$ 263,52 com o mel. Como se a terra infértil e as limitações hídricas não bastassem, os valores utilizados no estudo podem ser irrealistas, comprometendo a expectativa de viabilidade econômica dos assentados. No caso da castanha de caju o valor utilizado foi de R\$1,60/kg, apurado em São Raimundo Nonato em setembro-outubro de 2004. Em abril de 2005, foi apurado que o valor na safra 2005-2006 oscilou entre R\$ 0,60-0,90 (F. Olmos obs. pess.).

O anúncio dos assentamentos produziu reação imediata da FUMDHAM, sob direção da arqueóloga Niéde Guidon, e da direção do parque, preocupados com os impactos que um assentamento -- que somaria, no mínimo, entre 4 e 5 mil pessoas -- causaria à Serra da Capivara e à conexão ainda existente com a Serra das Confusões.

A expectativa criada pela possibilidade de receberem lotes e recursos financeiros fez com que uma parcela dos assentados em potencial, com apoio de "movimentos sociais", adotasse atitude hostil contra a FUMDHAM. É importante registrar que o incentivador dos assentamentos, e até hoje superintendente regional do INCRA/PI, Ladislau João da Silva, é um padre católico oriundo da Comissão Pastoral da Terra.

Em 28 de janeiro de 2005, a Comissão Pastoral da Terra e a FETAGRI/PI fizeram um "Manifesto em Defesa da Cidadania pela Reforma Agrária e Meio Ambiente", convocando uma manifestação de protesto contra a FUMDHAM e o parque para 28 de fevereiro. Um trecho do manifesto firma: "Não existe diálogo entre a gestão do Parque e a população local. Não se consideram os saberes, as relações afetivas e a cultura camponesa, criando dificuldades para a classe trabalhadora rural, sem oportunizar a geração de alternativas que subsidiem a sua sobrevivência. Assim, há o fechamento da fonte de renda da classe trabalhadora, que é criminalizada e tratada como 'caso de polícia'".

Deixando de lado a realidade da falta de diálogo entre a administração de um parque que gera empregos e renda e a população-alvo, deve-se lembrar que as "fontes de renda" fechadas pela ação dos gestores do parque correspondem a infrações tipificadas pela legislação. Não seria a primeira vez que a CPT faz apologia ao crime alegando justificativa social.

O conflito passou a ser divulgado na grande mídia em artigos de opinião e, entre janeiro e março de 2005, várias entidades -- de instituições de pesquisa a redes conservacionistas -- manifestaram-se ao Ministério do Meio Ambiente contra o projeto. O deputado federal Paes Landim oficiou o ministro da justiça Márcio Thomaz Bastos em 26 de janeiro pedindo a presença da Polícia Federal em São Raimundo Nonato para "proteger o PARNA da manifestação anunciada para o dia 28 por supostos membros do MST e fomentada pelo Padre Ladislau, Superintendente do INCRA no Piauí". O ofício afirma que "o Padre Ladislau acena com assentamentos no entorno do Parque, ameaçando a sua integridade ambiental... A argumentação do Padre Ladislau é que o Parque não pode impedir a caça em seu espaço". Esta linha de pensamento segue uma fala do superintendente do INCRA, transcrita no mesmo ofício: "Deus criou a Terra e os animais para o Homem comer. A Dra. Niéde não deixa caçar. A Terra é dos homens e a Dra. Niéde quer guardar o Parque somente para os animais".

Na esteira da polêmica, o Ministério Público do Estado do Piauí, em fevereiro de 2005, tomou providências para que os assentamentos pretendidos pelo INCRA não causassem impactos aos parques. Em 2 de fevereiro, o promotor Emir Martins Filho instaurou inquérito civil para apurar os fatos sobre a proposta dos assentamentos e os possíveis impactos ambientais. Correspondência de quatro de fevereiro enviada pela promotora Rita de Fátima Teixeira Moreira e Souza ao presidente do IBAMA, Marcus Luiz Barroso Barros, recomendava a não autorização de assentamentos em áreas próximas ao Parque Nacional Serra da Capivara e à Estação Ecológica Uruçui Uma.

A manifestação da Comissão Pastoral da Terra e FETAGRI, anunciada para 28 de fevereiro reuniu menos pessoas que seus organizadores pretendiam, não chegou à sede da FUMDHAM, nem causou transtornos ao parque. Mas a pressão continuou. Em 17 março de 2005, ofício do gabinete do reitor da UNIVASF notificava o governador das ameaças de invasão e destruição das instalações da FUMDHAM, que incluem o Museu do Homem Americano e as instalações usadas pela universidade. Ameaças feitas por telefonemas anônimos às instalações da

FUMDHAM de que iriam “quebrar e arrebentar tudo” haviam sido comunicadas oficialmente à Polícia Militar em 15 de março.

Uma comissão de cinco deputados estaduais visitou a região e pôde constatar a realidade dos assentamentos em 17 de março. Sua presença foi importante, pois se revelou que as terras do Governo do Estado só poderiam ser transferidas para o INCRA, como pretendia o Poder Executivo estadual, mediante projeto de lei, o que nunca aconteceu. Isto fez com que a responsabilidade do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) se tornasse mais evidente.

Em meio à celeuma, foi publicada a Portaria MMA Nº 76, de 11 de março de 2005, criando um “mosaico de unidades de conservação” abrangendo os Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões, e o “corredor ecológico” conectando os dois parques. Este corredor tem a finalidade declarada de integrar a gestão dessas unidades, suas zonas de amortecimento e assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais da área do corredor e a efetiva conservação da diversidade biológica das unidades de conservação componentes do mosaico, englobando uma área de 414.565,27 hectares. O mosaico é uma das áreas-alvo do projeto do MMA denominado GEF Caatinga (<http://www.gefcaatinga.com.br>), mas até o momento só foram feitos diagnósticos iniciais. Reunião sobre o corredor foi realizada em São Raimundo Nonato em 25 de março.

As críticas feitas pela direção da FUMDHAM aos assentamentos motivaram uma inesperada nota informativa (04/2005) da Secretaria de Biodiversidade e Florestas em defesa do projeto de reforma agrária na área entre Serra da Capivara e Serra das Confusões. Assinada pelo diretor de áreas protegidas, Maurício Mercadante, em 14 de março, a nota afirma que os assentamentos irão desenvolver atividades econômicas não-convencionais de baixo impacto ambiental, utilizando tecnologias adaptadas ao ambiente e à cultura locais.

A nota afirma que o MMA irá:

- elaborar os estudos e propor a ampliação dos parques nacionais ou criação de uma nova unidade de conservação no corredor ecológico em terras que já teriam sido disponibilizadas pelo governo do Piauí;
- elaborar o plano de manejo florestal dos assentamentos, com foco na produção de produtos não-madeireiros, capacitar e assistir os assentados durante um período de dois anos, e
- implantar, em São Raimundo Nonato, em parceria com o MDA/INCRA, um Centro Irradiador de Manejo da Agrobiodiversidade.

Deixando de lado as reais possibilidades de desenvolver uma agricultura rentável em pequenas áreas sob enormes limitações climáticas e se isso deveria ser ação do MMA, pouco mais de dois anos após este compromisso, nada de concreto foi feito sobre as duas últimas ações. Quanto à primeira, há o projeto de ampliar o Parque Nacional da Serra das Confusões, mas em direção oposta ao corredor. A criação de uma estação ecológica de 24.557 ha contígua à reserva legal da Gleba II (9.760 ha), estas sim no corredor, foi proposta, mas prevê uma UC estadual, embora o Piauí não tenha um órgão para gestão de áreas protegidas.

A demanda do Ministério Público fez com que a gerência do IBAMA no estado realizasse uma análise crítica do estudo sobre os assentamentos e fosse a campo verificar a situação. O relatório, datado de 26 de abril de 2005, afirma que o cadastro que acompanha o estudo foi feito incluindo moradores efetivos, pessoas que mantêm a posse somente para o lazer ou plantio de roças, comerciantes, aposentados, funcionários públicos, empregados de empresas privadas, de ONGs e ainda diversos infratores já autuados pelo IBAMA. Informações colhidas junto a alguns dos cadastrados demonstrou que muitos fizeram seus cadastramentos porque ouviram uma convocação pelo rádio, sendo também atraídos pelos benefícios oferecidos pelo INCRA aos assentados, inflando o número real de pessoas na área.

O relatório do IBAMA demonstra que dos 587 cadastrados na Gleba I, 227 não residem na área, incluindo cadastrados no projeto de assentamento Novo Zabelê, funcionários públicos, dois funcionários terceirizados do IBAMA e um professor de capoeira. Na Gleba II, 231 dos cadastrados não têm moradia na área, e dos 172 restantes que têm área trabalhada, somente 22 podem ser considerados agricultores.

Com a constatação de que os assentamentos teriam que ser implantados por meio de uma triangulação entre o INTERPI e o INCRA, a identificação pelo IBAMA das falhas nos estudos que subsidiavam os assentamentos levou a uma mudança na condução do processo. Mais importante, a ação do Ministério Público levou a um Termo de Ajustamento de Conduta entre IBAMA, INCRA e INTERPI para ordenar a ocupação das glebas. As reservas legais das glebas foram definidas (2.974 ha na Gleba I, 9.760 ha na Gleba II) e foi feita a proposta de criar a estação ecológica estadual em parte da Gleba II. Através do GEF Caatinga, os ocupantes do “corredor ecológico” estão sendo cadastrados como subsídio para o estabelecimento do pretendido mosaico de áreas protegidas (Eugênia Medeiros, IBAMA/PI, entrevista em 10.04.2007).

Foi acordado pelo IBAMA com o INTERPI e o INCRA que seria regularizada a situação das famílias com efetiva ocupação nas glebas, o que reduziu bastante o número de pessoas que seriam contempladas. Nesse sentido, o IBAMA confere todos os cadastros para evitar as irregularidades anteriores, excluindo do cadastro as famílias sem lotes cultivados, e tem sido consultado pelo INTERPI e pelo INCRA sobre os assentamentos no entorno do parque. Dentro da nova sistemática, o IBAMA controla a emissão das licenças de desmatamento, que são emitidas para o INTERPI (dando maior controle legal) em benefício das associações de moradores.

Apesar desta mudança na situação em relação aos planos originais do INCRA, novos ocupantes estão sendo assentados no “corredor ecológico”. Em cinco de janeiro de 2005 surgiu o acampamento Nova Jerusalém, ocupando a reserva legal da Fazenda Fontenelle, dedicada ao plantio de caju. As famílias que deram origem ao acampamento haviam antes ocupado a Fazenda Guzerá, hoje abandonada e limítrofe com a Serra da Capivara. A ocupação da Fontenelle foi feita de comum acordo com o proprietário, que solicitou ao IBAMA a alteração da sua área de reserva legal, após ser notificado pelo desmatamento realizado pelos acampados.

Nova Jerusalém tem hoje 39 famílias acampadas, remanescentes de um grupo de 103 que ocupava a Guzerá e encolheu quando ficou claro que o INCRA modificara sua sistemática e não mais repassaria diretamente recursos em dinheiro. “Muitos correram porque não iam pegar no dinheiro”, segundo a presidente da associação de moradores, Maria Sineide, que também informou (entrevista em 07.04.2007) que todos são oriundos de São Raimundo Nonato.

Segundo Maria Sineide (entrevista em 07.04.2007), a aventura de seu grupo começou quando o presidente do INTERPI, Acelino Ribeiro, vendeu títulos provisórios na área da Guzerá, onde estava em 1999. Após o estudo do INCRA os ocupantes se transferiram para o sítio atual, parte da Gleba I. Amorim *et al.* (2004) fazem menção à transferência dos acampados da Guzerá para aquela gleba, mas a presidente da associação diz que sua ocupação foi espontânea. O INCRA cadastrou 85 famílias, que acabaram reduzidas ao número atual, que recebeu títulos de comodato fornecidos pelo INTERPI e recebem apoio do INCRA sob forma de cestas básicas e insumos. Em breve, o precário acampamento existente deverá ser substituído por uma agrovila.

A área escolhida para instalar o assentamento Nova Jerusalém corresponde a uma faixa de caatinga arbórea-arbustiva limitada a norte e a oeste pelos plantios de caju. Embora estes apareçam como áreas desmatadas nas imagens de satélite, os cajueiros são de grande porte e a caatinga que cresceu ao seu redor torna a fisionomia de pelo menos parte da área estruturalmente similar à das áreas naturais e, provavelmente, adequada pelo menos como corredor para a fauna. O solo é bastante arenoso e não há fonte alguma de água, exceto as chuvas e uma adutora que leva água de um poço artesiano com mais de 600 m de profundidade até São Raimundo Nonato.

Os acampados desmataram lotes de até dois hectares que, somados, formam uma faixa entre a rodovia PI 140 e o limite com a Fontenelle, a oeste. Plantam mandioca, caju (ainda jovens demais para produzir) e criam abelhas, a última atividade sendo a mais rentável. A presidente da associação enfatiza o interesse na apicultura, e que este obriga à manutenção de áreas naturais a serem usadas como pasto apícola. Quanto ao plantio de mamona, cogitado por conta de projetos de biodiesel, os acampados são enfáticos em afirmar que as plantas não produzem ali.

Fica também a pergunta de porque se optou por estimular a ocupação de um trecho de caatinga ainda intacta, ao invés das áreas já ocupadas pelos plantios das fazendas decadentes localizadas ao lado.

Outra área sendo ocupada no corredor é o assentamento Serra Nova, onde 46 famílias estão se instalando com recursos do crédito fundiário. Esta área situa-se entre o Boqueirão Grande e a Fazenda Fontenelle e -- segundo os agentes de fiscalização do IBAMA em São Raimundo Nonato -- houve emissão de autorização de desmatamento de 400 ha para a mesma. Ainda segundo os fiscais do IBAMA, a madeira foi retirada, mas nada foi plantado. Como é praxe, um político local teria apadrinhado o assentamento, e seu sogro seria o comprador da madeira.

Além da área do “corredor ecológico”, outras partes da zona de amortecimento têm sido alvo de projetos de assentamento. Uma delas é a Serra dos Gringos, fazenda localizada no limite sudeste do parque. O proprietário, interessado na venda da mesma e talvez inspirado pelo que ocorreu no assentamento Novo Zabelê, estimulou famílias a ocuparem a área. Os primeiros posseiros começaram a se instalar há seis anos, mas o grande fluxo ocorreu nos últimos quatro. Seu número hoje é de 165 famílias, todas de São Raimundo Nonato, com 146 efetivamente na área e as restantes residindo nas proximidades, mas com roças na área. Segundo Francisco Pereira da Silva, presidente da associação local (criada há dois anos, entrevistado em 06.04.2007), o INCRA já mapeou o plano do assentamento, que cobriria sete mil hectares.

O assentamento ainda não está oficializado porque o proprietário não teria sido indenizado pelo INCRA e porque o IBAMA, consultado para fins de licença ambiental, sustenta que cada família assentada receba 20 ha e o restante da propriedade seja transformado em uma reserva legal única, contígua ao parque.

Entre o parque e o vale do rio Piauí, ao sul, está sendo implantado o assentamento Maniçobal, com 55 famílias oriundas do povoado do Garrincho, situado junto a um maciço calcário adjacente ao parque, e da zona urbana de São Raimundo Nonato (25 famílias). Este assentamento está sendo implantado com recursos do crédito fundiário, cada família recebendo 20 ha. O projeto atenderá novas famílias que deixam a casa dos pais ou que não possuíam terra. Em abril de 2006, a área da agrovila havia sido desmatada e as casas estavam sendo construídas em local que possibilita a ligação com uma adutora de água e o fornecimento de eletricidade. Os planos dos assentados são de estabelecer cultivos de caju, mandioca e feijão, além da apicultura, atividade consolidada na região do Garrincho graças à FUMDHAM.

Os moradores do Garrincho afirmam não ter problemas com o parque, do qual têm uma visão positiva devido à geração de emprego. Mas os problemas da relação entre populações e UCs são variados. Em 2006, uma fêmea de suçuarana reabilitada para a vida livre foi abatida nas proximidades do Garrincho. Este fato mostra um problema recorrente, já que a proteção e recuperação de habitats resultam em mais animais deixando o parque e eventualmente atacando animais domésticos e roças nas comunidades adjacentes. A relação entre as comunidades e o meio natural, tradicionalmente negativa, faz com que haja pouca tolerância e os animais sejam abatidos.

O IBAMA está analisando o projeto de assentamento João Costa, a ser instalado ao norte do Parque Nacional Serra da Capivara, mas ainda sem ocupantes. Esta é uma das regiões mais problemáticas do parque, pois concentra as posses e áreas não indenizadas. Paradoxalmente, os habitantes de vários povoados dali, caracterizados pelas precárias condições de vida, se mudariam para áreas mais promissoras se tivessem tal oportunidade. O INCRA vai na contra-mão, incentivando a ocupação da área.

Embora tanto acampados como assentados afirmem que não caçam e coíbem qualquer atividade não sancionada pelo IBAMA, a direção do Parque Nacional da Serra da Capivara e os fiscais são enfáticos em afirmar que há problemas com caçadores em todos os assentamentos e acampamentos. Como sintetizado por um dos fiscais: “os assentamentos têm sido péssimos para o parque”. Os fiscais são unânimes em afirmar que as ocorrências de caça, desmatamento e incêndios aumentaram, assim como os conflitos entre o parque e a população do entorno.

Os problemas gerados quando uma área protegida é cercada por assentamentos são evidentes. Na Serra da Capivara, o problema da caça e da exploração de outros recursos

naturais, da madeira às abelhas nativas, irá aumentar na mesma medida em que mais pessoas forem instaladas nas suas proximidades. As áreas pelas quais animais em dispersão e trânsito entre remanescentes naturais e os parques serão transformadas antes em “corredores poloneses” que em corredores ecológicos.

É óbvio que a educação da população local e a geração de fontes alternativas de renda têm um papel em gerar uma relação menos destrutiva entre populações humanas e a biota local, mas não se deve esperar que isso ocorra rapidamente. A inércia cultural é importante, os incentivos econômicos contrários grandes e uma atitude cautelosa, que evite o adensamento humano no entorno Parque Nacional da Serra da Capivara e entre este e o Parque Nacional da Serra das Confusões, é a opção ambientalmente mais segura, além de, provavelmente, a que implica menor desperdício de recursos públicos. A revisão, em andamento, do plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara deverá ter um foco maior no seu entorno e zona de amortecimento, o que poderá abrir novas frentes que possibilitem uma melhor convivência entre a biota local e as populações humanas.

4 - Algumas Conclusões Gerais

É inconteste que o processo de reforma agrária tem causado impactos brutais sobre os ecossistemas brasileiros, sob a justificativa de que é uma demanda necessária da nossa sociedade. Esta não é uma visão de consenso e tem sido seriamente questionada, com a conseqüente sugestão de que as perdas ambientais irreversíveis registradas ao longo da história recente, como as florestas de araucária da Araupel, em última análise teriam sido evitadas se a questão agrária fosse abordada de forma mais técnica e menos politizada.

Não há dúvida de que a reforma agrária se justificava na fase de industrialização da economia brasileira no início da década de 1930, quando havia escassez na produção de alimentos e a reforma poderia elevar a oferta de alimentos, via distribuição de terras ociosas. Também havia a questão de criar capacidade de consumo no mercado interno, indispensável para que o processo de industrialização brasileira se desenvolvesse em bases sólidas, já que o consumo mundial se retraiu após a crise de 1929. Eliminar parte dos latifúndios improdutivos aumentaria o grau de utilização da terra, trazendo ganhos de produtividade, aumento na oferta de alimentos, redução da pobreza no meio rural e a criação de um mercado consumidor interno fundamental para o sucesso das políticas de industrialização e desenvolvimento econômico do país (Diz 2007).

A partir da década de 1970, esse cenário mudou, com uma crescente parcela da população habitando os centros urbanos, uma agricultura com crescente produtividade e oferta de alimentos, e um setor industrial consolidado. Um cenário desfavorável à reforma agrária foi consolidado com o controle da inflação após o Plano Real. As terras que eram comercializadas com interesse especulativo e forma de investimento para reserva de valor perderam razão de existir. Soma-se a isso um período de crescimento do setor agropecuário nacional com a liberação cambial de 1998. Nesse novo cenário, a terra passa a valer quanto produz, favorecendo a adoção tecnológica no campo, e restando como terras disponíveis para os assentamentos aquelas de má qualidade e distantes dos mercados consumidores, o que encareceu o programa de reforma agrária nacional. (Diz 2007).

Hoje, a atualidade da reforma agrária como “questão nacional”, em face do desenvolvimento agrário dos últimos 50 anos, deixou de existir, e sua necessidade, nos dias atuais, distancia-se de qualquer patamar politicamente decisivo (Navarro 2001).

Há extrema heterogeneidade da situação agrária nas diferentes regiões do país e Navarro (2001) considera que programas centrados em educação, renda mínima e acesso a serviços de saúde, associados a uma forte reestruturação fundiária parece ser o foco central que poderia retirar o nordeste do Brasil não apenas do estado de pobreza material e baixas condições de vida que historicamente caracteriza a região, mas dos mecanismos de dominação política que, de fato, são os maiores responsáveis por seu atraso.

No entanto, a reforma agrária não deveria ser adotada como panacéia para todas as regiões. Pelo contrário. Uma estratégia de desenvolvimento rural nacional que considerasse a heterogeneidade entre regiões não poderia repetir a atual estratégia de multiplicação de assentamentos rurais na região Norte do país, implementada sem qualquer salvaguarda ambiental. Particularmente, sem prever o imenso estoque de riqueza potencial desta região

em um ambiente no qual mecanismos de “desenvolvimento limpo”, instituindo a troca de atividades de absorção de carbono por créditos internacionais, já estejam em pleno funcionamento. Desbravar áreas para a formação de assentamentos rurais, que normalmente respondem por sofrível manejo dos recursos naturais, parece ser, pelo contrário, uma política de antidesenvolvimento rural (Navarro 2001).

No sul e partes do sudeste, as famílias de agricultores, em função dos processos de modernização agrícola típicos do desenvolvimento agrário recente, integraram-se fortemente aos diferentes mercados e exercitaram a transformação tecnológica em suas propriedades. As gerações mais jovens encontram-se atualmente imbuídas de uma racionalidade de gestão da propriedade que as aproxima muito mais do modelo do *farmer* norte-americano, que simboliza o pleno desenvolvimento do capitalismo agrário. Nesta região, uma política de reforma agrária (se o objetivo é o desenvolvimento rural) perdeu inteiramente o seu significado histórico e seria antes necessária uma política de crédito fundiário associada ao financiamento de instalação de atividades produtivas para as famílias jovens, recém-constituídas (Navarro 2001).

A reforma agrária ocorre hoje em um país onde quase 80% da população vive em áreas urbanas e que tem na agricultura altamente tecnificada um dos pilares de sua economia e um importante motor de suas crescentes exportações. Ao mesmo tempo, o número de pessoas ocupadas no setor tem caído sistematicamente, variando de quase 15 milhões em 1990 para 12,5 milhões em 2002 (Young 2004). Isto reflete a crescente urbanização da sociedade e a tendência, já observada no chamado Primeiro Mundo, de sistemática diminuição da população dedicada à agricultura, ao mesmo tempo em que esta se torna cada vez mais tecnificada. Nos EUA, havia 6,8 milhões de estabelecimentos rurais em 1935, caindo para 3,4 milhões em 1960 e atingindo 2 milhões em 2000. Na França, de 2 milhões de estabelecimentos rurais em 1945, houve rápida contração, atingindo apenas 700 mil em 1994. Para a União Européia como um todo, a redução da população destinada ao setor agrícola se dá à velocidade de 3% ao ano (Diz 2007).

Em situações de baixa pressão demográfica, economia vibrante e instituições funcionais, este processo pode ser absorvido pela sociedade com poucos traumas. Mas quando a situação é a oposta o êxodo rural resulta na crise urbana que é a realidade das grandes cidades brasileiras, para a qual uma das medidas corretivas, segundo alguns credos, seria incentivar o retorno ao campo. No entanto, o conceito de assentar famílias com pouca experiência em práticas agrícolas produtivas em pequenos lotes para que possam ter sua subsistência contrasta com a realidade, evidenciada pelo alto índice de fracasso dos assentados, após o esgotamento dos recursos naturais mais facilmente explorados e dos financiamentos públicos e recursos subsidiados. No último censo da reforma agrária, em 2001, o índice de desistência era, em média, de 40%, enquanto hoje este está em 30% (Diz 2007). Com a mudança no perfil da população brasileira, a abordagem para a problemática social passa antes por políticas de geração de emprego urbano do que pela reforma agrária.

A racionalidade tem sido algo escasso na gestão governamental da questão agrária. Os dados da reforma agrária são notoriamente imprecisos, e o Governo Federal os mantém assim. Não há informações sobre a produção agrícola dos assentados e sua contribuição para a safra nacional. As últimas estimativas do número de assentados somam habitantes de reservas extrativistas e assentados no governo Vargas entre os beneficiados pelo último governo (Folha de São Paulo 19.02.2007). Teoricamente, desde 1994 teriam sido assentadas 912 mil famílias, 136 mil apenas no ano eleitoral de 2006, em uma área equivalente à ocupada pelos agricultores “com-terra”. Em 10 anos teriam sido gastos R\$ 50 bilhões com a reforma agrária (Diz 2007).

Como resultado destes investimentos, segundo os últimos dados disponíveis, a renda média familiar (bruta) atingida nos projetos de reforma agrária é de R\$ 198 por mês, atingindo R\$ 244 nos assentamentos do Centro-Oeste e R\$ 161 no Nordeste. Considerando um custo operacional médio de 50% da renda bruta, a renda líquida atingida pelos assentamentos seria: Brasil R\$ 99,00, Nordeste R\$ 80,50 e Centro Oeste R\$ 122,00 (Diz 2007). O custo-benefício deste resultado econômico, e de seu custo ambiental, deve ser avaliado pela sociedade, a fim de delinear seu modelo de desenvolvimento. Espera-se que dados mais confiáveis sejam obtidos no Censo Agropecuário deste ano para permitir uma melhor análise.

A reforma agrária do século XXI ainda parece responder a anseios das décadas “revolucionárias” de 1950 e 1960, sem que sua ideologia e percepção da dinâmica social

tenham se atualizado. Navarro (2001) mostra que o principal desafio para o desenvolvimento agrário no Brasil é ideológico e político, resultado de um vínculo com o passado que ignora o presente. A promoção de acampamentos em regiões cuja exploração só é viável se houver economia de escala, ou que são inadequadas do ponto de vista ambiental, parece feita antes como estratégia de conquista de poder do que de luta pela redução da pobreza, remetendo ao cientista político Marcos Aguinis, que afirma que “os líderes populistas querem que haja pobres para suborná-los com suas regalias”.

Esta situação é coerente com a postura de não confiança do MST, que embora real nunca se constituiu como uma entidade legal. Nas palavras de Zander Navarro, sociólogo e estudioso da questão da luta pela terra, “o apego quase militar na manutenção de uma estrutura semi-secreta, com rígido controle sobre os militantes e nenhum debate interno é a evidência de uma organização que despreza a democracia”.

Como fenômeno multifacetado, a reforma agrária brasileira tem nuances que vão além da questão ambiental, embora sejam determinantes de sua relação com a mesma e devem ser consideradas por todos os setores envolvidos, não apenas conservacionistas que tendem focar apenas alguns aspectos, mas por toda a sociedade.

A reforma agrária brasileira não é apenas uma questão social e econômica, mas também ambiental

Os dados oficiais (quando existentes) e oficiosos demonstram que a emancipação econômica dos assentados não é a regra, e que a reforma agrária não tem retirado seus beneficiários da pobreza. A grande massa dos assentados continua dependendo de transferências de recursos do governo para sua sobrevivência. O tamanho deste problema é oculto pela ausência de estatísticas atualizadas do INCRA, e pelo próprio desinteresse do governo federal em obtê-las e divulgá-las.

As unidades de conservação brasileiras, onde a rotina é de equipes reduzidas dispostas de poucos recursos, e que têm que lidar com uma infinidade de problemas e pressões relacionados à gestão de suas áreas e suas interfaces políticas, são ainda mais pressionadas quando são implantados assentamentos no seu interior (como nas APAs) ou entorno.

Assentamentos da reforma agrária têm se tornado pontos focais para extensos desmatamentos, exploração ilegal de madeira, caça predatória, e outros problemas que já afetaram áreas de grande importância ambiental e têm contribuído para a derrocada de habitats criticamente reduzidos, como a floresta de araucárias no sul do país, e a Mata Atlântica, especialmente no nordeste do Brasil.

As palavras de João Pedro Stédile, líder do MST, ditas em fevereiro de 2007 sobre o desempenho da reforma agrária brasileira identificam um dos seus maiores problemas, e fonte atual de impacto ambiental: “O desempenho desses quatro anos é patético. Parece que 50% de todas as famílias que teriam sido assentadas se encontram na região amazônica. São, na verdade, projetos de colonização, em sua maioria em terras públicas”.

A destruição ambiental causada pela reforma agrária, especialmente na sua versão de colonizadora de áreas de fronteira, é um problema que tem crescido nas últimas décadas (veja Viana 1998). No entanto, o processo continua sem que qualquer lição dos erros passados tenha sido aproveitada.

A reforma agrária brasileira é um fator de destruição do meio ambiente que deve ser enfrentado

O histórico da reforma agrária, destacando-se o observado na Amazônia e na Mata Atlântica, mostra que a destruição dos ecossistemas é a consequência natural e obrigatória do processo, ao mesmo tempo que a geração de riqueza e ascensão social dos assentados é antes exceção que regra.

Projetos são implantados em áreas ambientalmente sensíveis e biologicamente únicas, resultando em sua destruição. Atuando em sinergia com o agronegócio, a reforma agrária é um dos mais importantes fatores de destruição de habitats no país, com o agravante de ser financiado com recursos do contribuinte. Embora alguns projetos de fato sejam desenvolvidos

por assentados junto com entidades ambientalistas, o fato é que o saldo geral dos assentamentos é extremamente negativo para a natureza, quando não para as próprias populações envolvidas.

Considerando o histórico, é altamente recomendável que se evite a instalação de assentamentos da reforma agrária no entorno de unidades de conservação e em outras áreas ambientalmente sensíveis. Para os assentamentos existentes, seria adequada a adoção de uma política pela qual assentados que causassem danos ambientais, especialmente às UCs, fossem sumariamente excluídos do programa de reforma agrária e perdessem outros benefícios, como o bolsa-família. O mesmo princípio deveria ser válido para todos os proprietários e empresas rurais, condicionando seu acesso a financiamentos e subsídios à obediência à legislação ambiental.

Os problemas ambientais da reforma agrária têm uma forte base cultural.

É notório que boa parte da sociedade brasileira considera aceitável que áreas de florestas, cerrados e outros ambientes naturais “sem utilidade” sejam destinados à ocupação, mesmo que insustentável. A isso se soma o fato de que, em grande parte do Brasil, a técnica-padrão adotada para o cultivo nos assentamentos é o corte e queima da vegetação nativa, o que é um fator na escolha das áreas dos assentamentos, preferencialmente associados a áreas florestadas. As técnicas agrícolas primitivas fazem com que não apenas o patrimônio natural seja destruído, mas que ainda a baixa produtividade seja um padrão e a permanência dos assentados na pobreza seja uma constante.

A falta de qualificação, e a própria tradição cultural dos assentados, conspiram para que o impacto ambiental dos assentamentos seja maximizado, e que os retornos econômicos sejam mínimos. Isto é bastante evidente nos assentamentos feitos na Amazônia. Na sensível região das cabeceiras do Xingu, no norte de Mato Grosso, o Assentamento Ena foi criado em uma área de 30 mil ha no município de Feliz Natal em 1997. Das 450 famílias assentadas, restam 150 e apenas 1% da área loteada mostra produção digna de registro. Os lotes desocupados foram vendidos, em geral anexados a propriedades vizinhas, ou arrendados. A situação é típica dos 22 assentamentos da região do Xingu, onde, segundo estudo do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, das 5.375 famílias beneficiadas apenas 45% reside nos assentamentos, feitos em áreas ecologicamente sensíveis, de solos pobres e sem infraestrutura. A produção agrícola é pífia e as famílias sobrevivem antes de aposentadorias rurais e do bolsa-família do que daquilo que plantam (O Estado de São Paulo 04.09.2006).

Nesta situação tão desoladora, estão pistas que lançam luz sobre o fator determinante do eventual sucesso dos assentados. A exceção à regra de fracasso está entre assentados com real qualificação -- como produtores rurais, em geral vindos do sul do Brasil e com efetiva experiência como agricultores, capazes de utilizar técnicas agrícolas mais sofisticadas e com vivência e disposição em adotar o cooperativismo (O Estado de São Paulo 04.09.2006; 04.02.2007). Este perfil contrasta com a grande maioria dos beneficiários da reforma agrária.

Em Mato Grosso do Sul, os assentados são oriundos de fazendas de criação de gado, e esta é a atividade que consideram ideal. Nas palavras do diretor do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, “na cabeça deles tem que produzir boi em 10-15 ha”. Não há falta de exemplos.

Uma questão que também pode ser considerada cultural é a alta taxa de fertilidade humana, inversamente correlacionada à renda, de grande parte da população rural brasileira, uma vez que as crianças trabalham na agricultura familiar. Esta é a questão de fundo na geração dos excedentes de mão-de-obra, que são um dos pilares dos conflitos em torno da reforma agrária, e de sua insustentabilidade. Fatores culturais importantes que influenciam este aspecto são a notória má vontade das sucessivas administrações públicas em lidar com a questão e a histórica interferência de setores religiosos em sabotar iniciativas oficiais de planejamento familiar.

O INCRA tem ignorado a legislação ambiental e critérios técnicos

Um tema recorrente na reforma agrária brasileira é o desrespeito à legislação que obriga o licenciamento ambiental dos assentamentos, e as freqüentes tentativas do INCRA de burlar qualquer procedimento que atrase ou dificulte os objetivos de seus dirigentes. O recente

mandado de segurança contra a recomendação do Tribunal de Contas da União sobre o licenciamento ambiental dos assentamentos é um exemplo cristalino (veja adiante).

Esta filosofia do órgão é fortemente evidenciada pela seleção de áreas para assentamento que apresentam pouca aptidão para a agricultura de subsistência, especialmente em minifúndios com baixa tecnologia. Isso é observado em áreas tão díspares como a APA Bananal-Cantão, o entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena ou a Zona da Mata de Alagoas.

O licenciamento ambiental no Brasil tem sido visto, tanto por empreendedores como por setores do próprio governo, como mera formalidade a ser cumprida para iniciar atividades decididas de antemão. Os assentamentos da reforma agrária, estabelecidos em áreas inadequadas para a agricultura, consideradas prioritárias para a conservação, no entorno ou mesmo sobrepostas a UCs, sem que qualquer análise mais detalhada seja feita, são emblemáticas deste processo. Não apenas a Natureza, mas também o contribuinte arca com os custos de uma política equivocada.

É urgente que sejam mudados os procedimentos atuais para estabelecimento de assentamentos da reforma agrária para que o processo de análise de impactos ambientais seja real e decisório. O Tribunal de Contas da União fez recentemente recomendação ao INCRA nesse sentido (veja adiante) e esta iniciativa deve ser acatada.

A ideologia que justifica a destruição ambiental causada pela reforma agrária é questionável

A reforma agrária, como é feita atualmente, se apóia em justificativas ideológicas e tem produzido como resultado final uma combinação de enorme destruição ambiental com avanços sócio-econômicos, na melhor das hipóteses, modestos. Suas justificativas ideológicas, como demonstrado, são questionáveis. Hipóteses governamentais, como a enunciada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, de que assentamentos reduzem o desmatamento, são descartadas quanto confrontadas com os fatos e analisadas cientificamente. O discurso de organizações como o MST, FETAGRI, CPT, CONTAG e similares provoca sérias dúvidas se seu objeto é a reforma agrária ou a imposição de uma visão política por vias outras que as democráticas. O discurso de muitos apoiadores daqueles movimentos poderia constar em um adendo ambiental ao manual de Mendoza *et al.* (2001), soando panfletária, além de desalentadora a falta de evolução de pensamento em um mundo que mudou sensivelmente desde as décadas “revolucionárias” da segunda metade do século XX.

Não é novidade o uso político de distribuição de lotes e cestas básicas entre acampados e assentados para angariar apoio a “movimentos sociais” como o MST, FETAGRI e similares, e aos indivíduos que os representam. Também não é novidade que o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram loteados entre aqueles “movimentos sociais”, como visível no Paraná e no Mato Grosso do Sul, o que por si só caracterizaria, no mínimo, conflito de interesses.

O governo deveria atuar como mediador entre os diferentes setores da sociedade, especialmente em situações de conflito como é o caso da reforma agrária, mas nota-se que para os que conduzem o processo, os critérios são muitas vezes ideológicos, e não técnicos, a vendeta contra seus opositores históricos sendo o mote de sua ação. Sua conduta parece visar antes atacar setores percebidos como rivais do que realmente solucionar o problema da pobreza no campo, e para atingir seus objetivos políticos não hesitam em desconsiderar tanto a lei como a ética. Exemplos não faltam, como a recente coação de assentados no Rio Grande do Sul pelo superintendente do INCRA naquele estado, Mozar Dietrich, para que destruíssem projetos de silvicultura implantados em seus lotes em parceria com a Votorantim Celulose (O Estado de São Paulo 16.03.2007).

Enquanto membros do MST demonizam o agronegócio e plantios de culturas industriais, e promovem invasões a áreas de reflorestamento e canaviais, a realidade se impõe e assentados conseguem sua emancipação econômica contrariando suas lideranças ao se associar a destilarias de álcool e multinacionais produtoras de frutas, além de plantar eucaliptos. Embora o MST ataque o agronegócio, no fim necessita dele para a sobrevivência dos assentados (O Estado de São Paulo 16.04.2007) e é o agronegócio, como o setor de biodiesel, que acena com reais possibilidades de emancipação econômica os assentados. De

fato, hoje surge a vertente do MST que abraça o agronegócio familiar – o *mainstream* da agricultura brasileira - ao adotar uma visão de resultados com menos ideologia (Martins 2007).

Talvez o mais grave da questão ideológica seja a persistência do dogma de que a real questão social do Brasil, o desemprego, poderá ser resolvida assentando famílias com pouca ou nenhuma qualificação agrícola em áreas ainda cobertas por ecossistemas naturais.

Entrevista do especialista em questões agrárias, Zander Navarro (O Estado de São Paulo 29.04.2007), dá indícios sobre as circunstâncias políticas que permeia o processo da reforma agrária hoje: “não creio que a maior parte dos dirigentes do governo federal tenha qualquer preocupação com reforma agrária, que não vêem mais como necessária... Precisam manter alguma iniciativa nesse setor porquê existe pressão política residual do MST e da CONTAG, intelectuais que ainda têm a mente nos anos 60, algumas ONGs e os setores estudantis encantados de sempre. Além disso, é conveniente manter um ministério secundário que pode ser entregue a uma facção petista que poderia incomodar”.

O custo desta abordagem política é pago tanto pelo contribuinte como pela Natureza, e deveria ser avaliado pela sociedade de forma ampla.

O ambientalismo é apropriado e demonizado pelos movimentos de sem-terra

Embora movimentos de sem-terra ocasionalmente se preocupem em afirmar que lutam pelo meio ambiente, como sugerido por discursos do último “Abril Vermelho” contra o agronegócio, suas ações sugerem que os discursos são, em boa parte, apenas isso. O reconhecimento, pelos conservacionistas, de que setores do agronegócio têm se mostrado dominantes no processo de destruição de habitats ambientais não implica automaticamente que assentamentos da reforma agrária sejam uma alternativa ambientalmente mais interessante. No conflito de opiniões entre conservacionistas e integrantes dos movimentos sociais pela terra as acusações dos últimos aos conservacionistas no sentido de que representam interesses estrangeiros escusos visam desqualificá-los e, ao mesmo tempo, desviar o foco das atenções das deficiências óbvias dos projetos de assentamento e de seus impactos.

Para isso colaboram conceitos tão caros à mídia como o do “bom selvagem”, o dos estrangeiros que querem “internacionalizar a Amazônia”, “roubar nossa biodiversidade” e outras lendas urbanas. Ao mesmo tempo, fatos como a existência de projetos de apoio a comunidades que são conduzidos por entidades conservacionistas são simplesmente omitidos, e não se condena o apoio de várias organizações internacionais aos vários movimentos dos sem-terra.

A corrupção é um fator que estimula assentamentos da reforma agrária em áreas ambientalmente importantes

A reforma agrária nos últimos dez anos teria consumido R\$ 50 bilhões, gastos em benefícios sociais pouco evidentes e desastres ambientais óbvios. Apesar do montante de recursos disponibilizados, o Governo Federal adotou, nos últimos quatro anos, a política de não avaliação de seus projetos sociais (não apenas o de reforma agrária), dificultando qualquer análise sobre sua efetividade. Ao mesmo tempo, distribuiu a execução e os recursos de tais projetos a aliados políticos.

Casos como o do superfaturamento da Fazenda Santa Maria, no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, e o da Araupel, no oeste paranaense, mostram outra face do processo da reforma agrária, o da corrupção e desvio de recursos públicos com nuances de crime organizado. Esta faceta conduz a questões sobre quanto do dano ambiental causado pela reforma agrária foi motivado antes por corrupção do que por demanda social válida.

A disponibilidade de recursos graças à perspectiva governamental equivocada da reforma agrária, a falta de controle em sua aplicação e a pressão para que os resultados da reforma agrária sejam traduzidos no número de famílias assentadas, e não na sua sustentabilidade, oferecem a conjuntura perfeita para que a corrupção ocorra.

O sobrepreço das terras desapropriadas é um problema antigo e conhecido. Estudo do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (publicado na FSP de 9.01.2005) analisando 1.127 processos que totalizam 3,9 milhões de hectares em 11 estados, entre 1993 e 2000, reconhece

que o método para cálculo de indenização de terras desapropriadas é “impreciso”, “inconsistente”, “ineficiente”, “tendencioso” e, como consequência, “insustentável”. O sobrepreço médio pago pelo INCRA no período oscilou entre 30 e 40%. O estudo foi interrompido em 2001, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, com a posse do governo Lula, os responsáveis pelo trabalho remeteram cópias ao então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. O material foi engavetado e a metodologia do INCRA continua a mesma, embora o INCRA sustente ter adotado mecanismos que refinaram os cálculos (http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2006-01-08_2006-01-14.html).

Além disso, há a questão recorrente do repasse de recursos públicos a entidades ligadas ao MST e similares, usados “criativamente” para financiar suas atividades, tema a respeito do qual o Tribunal de Contas da União também já fez vários questionamentos (O Estado de São Paulo 29.01.2006).

Esta faceta da reforma agrária brasileira, que soma corrupção com destruição dos recursos naturais, é extremamente negativa e indigna de uma questão social séria, que deveria ser tratada de modo que critérios técnicos consistentes (variáveis econômicas, ambientais e sociais) pudessem de fato orientar a decisão política rumo ao desenvolvimento.

Medidas prementes devem ser adotadas para que o Estado de Direito seja assegurado e a legislação respeitada, especialmente com relação ao licenciamento ambiental e ao uso de recursos públicos. A propalada transversalidade entre a questão ambiental e outras políticas de governo deveria ser mais acentuada com relação à questão agrária. Este seria um bom início para que a reforma agrária brasileira deixasse de ser um desastre ambiental.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvar, J. & J. Alvar. 1979. *Guaraqueçaba: mar e mato*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

Amorim, C. A., J. O. Silva & T. D. Almeida. 2004. *Estudo de viabilidade sócio-econômica e ambiental, área Serra Branca / Serra Vermelha – Gleba I e Gleba II* Municípios: São Raimundo Nonato e Brejo do Piauí. Teresina: INCRA/PI.

Andriguetto-Filho, J.M.; Krüger, A.C. & Lange, M.B.R. 1998. Caça, biodiversidade e gestão ambiental na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. *Biotemas* 11(2):133-156.

Barretto, N. R. 2004. *Reforma agrária: o mito e a realidade*. São Paulo: Artpress.

Barreto, P., E. Arima & M. Brito. 2005. *Pecuária e Desafios para a Conservação Ambiental na Amazônia*. Estado da Amazônia nº 5, IMAZON.

Bencke, G. A., G. N. Maurício, P. F. Deveyley & J. M. Goerck. 2006. *Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil parte I – estados o domínio da Mata Atlântica*. São Paulo: SAVE Brasil.

Brand, A. 2006. Racismo, conflitos socioambientais e cidadania. Pp. 88-118 In S. Herculano & T. Pacheco (orgs.) *Racismo ambiental*. Rio de Janeiro: FASE.

Brandão, A. & C. Souza Jr. 2006. *Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia*. Estado da Amazônia nº 7, IMAZON.

BirdLife International. 2006 *Threatened Birds of the World*. Cambridge, U.K.: BirdLife International. Disponível em <http://www.birdlife.org/datazone>. Acesso em 10 fev. 2007.

Carmignotto, A. P. 2004. *Pequenos mamíferos terrestres do bioma Cerrado: padrões faunísticos locais e regionais*. Tese de Doutorado. Instituto de Biociências, USP.

Chame, M. 2000. Monitoramento participativo da fauna: adaptando o método à realidade no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí – Brasil. Pp. 372-380 In M. S. Milano & V. Theulen (orgs.) *Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Chaves, C. M. 2006. *Reforma agrária?: subversão compartilhada*. São Paulo: Factash Editora.

- Corrêa, M. S. 2006a. *De sem-terra a com-pedra*. <http://www.oeco.com.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=77&textCode=16025>
- Corrêa, M. S. 2006b. *A lei chegou ao faroeste*. <http://www.oeco.com.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=77&textCode=19728>
- Corrêa, M. S. 2006c. *O dedo grande de Zeca do PT*. <http://www.oeco.com.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=67&textCode=15868>
- Cullen, L., K. Alger & D. Rambaldi. 2005. Reforma agrária e conservação da biodiversidade no Brasil nos anos 90: conflitos e articulações de interesses comuns. *Megadiversidade* 1: 198-207.
- D'Andrea, P. S., V. C. Vaz, F. A. Fernandes, L. Emperaire, C. B. Bonvicino, J. A. Oliveira, A. M. Jansen & R. Lodi. Os mamíferos da caatinga semi-árida do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí – Brasil. Pp. 621-628 In *Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- Diz, A. 2007. *A Questão da Reforma Agrária Brasileira: análise e discussões*. http://www.srb.org.br/uploads/docs/reforma_agraria.doc
- Emperaire, L. 1989. *Vegetation et gestion des ressources naturelles dans la caatinga du sud-est du Piauí (Brésil)*. Doctorat d'Etat es Sciences Naturelles. Université Pierre et Marie Curie, Paris.
- FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná). 2007. Flora devastada pelo MST. http://www.faep.org.br/boletim/bi843/encarte_flora_bi843.htm
- FCOP (Fundo para Conservação da Onça Pintada). 2007. *Fundo para Conservação da Onça Pintada*. <http://www.jaguar.org.br>
- Ferreira, L.V., E. Venticinquê & S. Almeida. 2005. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Estudos Avançados* 19(53):1-10.
- França, A. 1951. *A ilha de São Sebastião – estudo de geografia humana*. São Paulo: FFCL/USP.
- Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). 1998. *Parque Nacional Serra da Capivara*. FUMDHAM/ FNMA/ ASMOCO, Alínea Publicações Editora, Teresina, 94 pp. Colaborador na Área de Fauna.
- Furtado, C. 1986. *Teoria e prática do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1994. *Parque Nacional Serra da Capivara: Plano de Gestão Emergencial*. Brasília: IBAMA/DIREC.
- IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano. 1991. *Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara*. Membro da equipe elaboradora e autor dos capítulos sobre fauna.
- Kierulff, M.C.M. & P. Procópio de Oliveira. 1996. Re-assessing the status and conservation of golden lion tamarin (*Leontopithecus rosalia*) in the wild. *Dodo, Journal of the Jersey Wildlife Preservation Trust* 32: 98-115.
- Lemos, J. R. 2004. Plantas endêmicas da caatinga no Parque Nacional Serra da Capivara. Pp. 271-277 In *Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Rede Pró Unidades de Conservação.
- Maack, R. 1981. *Geografia Física do Estado do Paraná*. 2ª Edição. Rio de Janeiro e Curitiba: José Olympio Editora e Secretaria de Cultura e Esporte do estado do Paraná. 450 pp.
- Margarido, T. C. C. 2004. *MST, degradação ambiental e desaparecimento da fauna*. http://www.faep.com.br/boletim/bi843/encarte_fauna_bi843.htm. Acesso em 28 fev. 2007.

- Martins, J. S. 2007. O “abril verde” do outro lado do MST. O Estado de São Paulo 6/mai/2007, J5.
- Mendoza, P. A., C. A. Montaner & A. V. Llosa. 2001. *Guide to the perfect Latin American idiot*. New York: Madison Books.
- Miranda, C. L. & G. S. Alencar. no prelo. Aspectos da atividade de caça no Parque Nacional serra da Capivara, estado do Piauí, Brasil. *Natureza & Conservação* 5: 27-34.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2003. *Instrução Normativa MMA 03*, de 27 de maio. Lista nacional das espécies brasileiras ameaçadas de extinção. Brasília.
- MMA. 2005. Relatório sobre aplicação da resolução Conama 289/2001. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/EFFC0E7F/RelatorioSQA289dez051.pdf>
- Navarro, Z. 2001. Desenvolvimento agrário no Brasil: os limites do passado os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* 15(43): 83-100.
- Olmos, F. 1992. Serra da Capivara National Park and the conservation of northeastern Brazil's Caatinga. *Oryx* 26(3): 142-146.
- Pasquis, R., A. V. Silva, J. Weiss & L. Machado. 2005. “Reforma agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília* 22: 83-96.
- Pinker, S. 2007. A history of violence. Disponível em http://www.edge.org/3rd_culture/pinker07/pinker07_index.html
- Pivatto, M. A. C., D. G. Manço, F. C. Straube, A. Urben-Filho & M. Milano. 2006. Aves do Planalto da Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil). *Atualidades Ornitológicas* 129. Disponível em <http://www.ao.com>
- Ribeiro, B., A. Veríssimo & K. Pereira. 2005. *O Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia*. Estado da Amazônia nº 6, IMAZON.
- Rodrigues, A. S. 2002. *A sustentabilidade da agricultura em Guaraqueçaba: o ocaso da produção vegetal*. Tese de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento, UFPR.
- Sanches, R. A. 2004. *Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins*. São Paulo: Annablume.
- Scolese, E. 2005. *A reforma agrária*. São Paulo: Publifolha.
- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). 1992. *Plano Integrado de Conservação para A região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil*. Curitiba: SPVS.
- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). 1993. *Reserva privada em Guaraqueçaba*. 38 p. + anexos. Relatório não publicado.
- SOS Mata Atlântica & INPE. 2002. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 1995-2000. Relatório final*. São José dos Campos e São Paulo: SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).
- Straube, F.C.; Urben-Filho, A. & Kajiwara, D. 2004. Aves. In: S.B.Mikich & R.S.Bérnils. *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Estado do Paraná*. Curitiba, Instituto Ambiental do Paraná. 764 pp.
- Straube, F. C. & A. Urben-Filho. 2005. Avifauna da Reserva Natural de Salto Morato (Guaraqueçaba – Paraná). *Atualidades Ornitológicas* 124:12 (disponível em <http://www.ao.com.br>).
- Tabarelli, M., J. A. Siqueira Filho & A. M. M. Santos. 2006. A floresta atlântica ao norte do rio São Francisco. Pp. 23-37 *In Diversidade biológica e conservação da floresta atlântica ao norte do rio São Francisco*. Brasília: PROBIO/MMA.
- Tabarelli, M., A. V. Aguiar, A. S. Grillo & A. M. M. Santos. 2006. Fragmentação e perda de habitats na mata atlântica ao norte do rio São Francisco. Pp. 81-99 *In J. A. Siqueira Filho & E. M. C. Leme (eds.) Fragmentos da mata atlântica do nordeste: biodiversidade, conservação e suas bromélias*. Rio de Janeiro: Andréa Jakobson.

Teófilo, E. & D. P. Garcia. 2003. Brazil: land politics, poverty and rural development. Pp. 19-41 In *Land reform, land settlement and cooperatives*. Roma: Rural Development Division, Food and Agriculture Organization (FAO).

Viana, G. 1998. *Relatório da comissão externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos*. Aprovado em 12/ago/1998. Disponível em <http://www.abordo.com.br/~gilneyviana/>

Young, C. F. 2004. Desmatamento e o mito da geração do emprego rural: uma análise para a Mata Atlântica. Pp. 20-37 In M. S. Milano, L. Y. Takahashi & M. L. Nunes (orgs.) *Unidades de conservação: atualidades e tendências 2004*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Zaher, H. E. D., M. T. Rodrigues, A. P. Carmignotto, A. R. Percequillo, D. A. Moraes, F. F. Curcio, G. G. Montigelli, L. F. Silveira, M. A. N. Sousa, M. P. D. Santos, P. C. Balduino, P. M. S. Nunes, R. C. Amaro & R. G. Lima. 2001. *Diversidade de vertebrados terrestres do Parque Nacional da Serra das Confusões, Piauí*. Relatório ao IBAMA, não publicado. 70 pp.

LEGENDAS DAS FOTOS

Acampamento José Lutzemberger, na APA de Guaraqueçaba, e o líder os acampados, em uma área onde está sendo implantado um cultivo agroecológico.

Sede do Acampamento José Lutzemberger, na APA de Guaraqueçaba, e um das fazendas ocupadas.

Acampamento José Lutzemberger, na APA de Guaraqueçaba, e faixa contra organização conservacionista colocada em uma escola rural ocupada pelos acampados.

Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. O solo da região tende a ser raso e rico em afloramentos rochosos, evidenciados em erosões como esta, típicas dos lotes do Assentamento Guaicurus.

Acesso a um dos acampamentos localizados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em uma das áreas pretendidas pelos sem-terra, onde predominam pastagens sobre solos rasos, restando florestas nas áreas colinosas.

Feira dos produtos rurais dos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus em Bonito (MS). A ação da Prefeitura, disponibilizando o transporte e o espaço, viabiliza a comercialização da produção.

Entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara e incêndio causado pela "limpeza" de área para cultivo no projeto de assentamento Novo Zabelê. Foto: André Pessoa/FUMDHAM.

A caça comercial realizada por moradores dos assentamentos e outros núcleos habitados em seu entorno é um problema sério para o Parque Nacional da Serra da Capivara. Foto: FUMDHAM.

Área desmatada para plantio no acampamento Nova Jerusalém, no corredor ecológico Capivara-Confusões. O solo é bastante arenoso e a produtividade agrícola bastante limitada pela baixa disponibilidade de água.